

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

STELA MARIS MATTANA

JUVENTUDE, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO: 1977 - 2007

**CUIABÁ – MT
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO CULTURA E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICA E EDUCAÇÃO
POPULAR
GRUPO DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, JOVENS E DEMOCRACIA

STELA MARIS MATTANA

JUVENTUDE, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO: 1977-2007

CUIABÁ – MT

2007

STELA MARIS MATTANA

JUVENTUDE, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO: 1977 - 2007

Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, com o Título **JUVENTUDE, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO: 1977 - 2007**, da mestrandia Stela Maris Mattana, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Área de concentração: Educação Cultura e Sociedade, Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. Orientador: Professor Doutor Manoel Francisco de Vasconcelos Motta.

CUIABÁ – MT

2007

FICHA CATALOGRÁFICA

M435j Mattana, Stela Maris

Juventude, Migração e Educação em Mato Grosso: 1977 – 2007 /
Stela Maris Mattana. -- Cuiabá/MT – UFMT/IE, 2008.
130p.: il.color

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, com o título Juventude , migração e educação em Mato Grosso: 1977-2007, da Mestranda Stela Maris Mattana, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, a área de concentração educação, cultura e sociedade. Linha de pesquisa: movimentos sociais, política e educação popular.

Orientador Prof. Dr. Manoel Francisco de Vasconcelos Motta.

Bibliografia: 125-129

CDU – 314.72:371-212(817.2)

Índice para catálogo sistemático

1. Migração
2. Juventude
3. Educação
4. Mato Grosso

COMEÇAR É A PARTE MAIS IMPORTANTE DE QUALQUER TRABALHO.

Platão

DEDICO

Aos meus pais Mauricio e Amália que plantaram a primeira semente para a minha educação;

As minhas irmãs Nadir e Ivânia que, mesmo distantes, mas muito próximas afetivamente, sempre me incentivaram.

Ao meu namorado Anderson, companheiro de todos os momentos, por entender as razões das minhas ausências, pelo amor, carinho e apoio durante todo esse tempo.

Ao meu orientador e grande pesquisador, professor Manoel, que me incentivou a fazer o mestrado e me ajudou a entender as minhas raízes de educadora migrante.

AGRADEÇO

Em especial ao professor Manoel, não só pela orientação, mas também, pela confiança, tolerância, atenção, firmeza e gentileza neste percurso.

À professora Maria Aparecida Morgado por possibilitar-me através do Grupo de Pesquisa Educação, Jovens e Democracia, o engajamento nas discussões acerca das questões da juventude.

Aos doutores componentes da banca pelas valiosas sugestões feitas durante o exame de qualificação, que muito me auxiliaram no aprimoramento do trabalho.

À grande amiga e colega de trabalho Maria Luiza pela solidariedade e incentivo em todos os momentos de desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos, Iraci e Clayte, que amorosamente me fizeram acreditar no meu potencial e que foram meus grandes incentivadores.

As minhas amigas Cláudia e Wanda Micheli que sempre colaboraram comigo com muito carinho e demonstração de interesse.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Educação, Jovens e Democracia, pela agradável convivência, e pelo aprendizado de se viver num grupo tão multidisciplinar.

À CNEC, instituição de ensino da qual faço parte, em especial a Superintendente Cleoni pelo apoio para a realização desta pesquisa.

Aos professores do mestrado, por todas as aulas, e principalmente, por serem educadores com coragem de inovar.

À equipe do Programa de Pós-graduação em Educação, em especial à Luiza e à Mariana, pelo auxílio nas diversas situações em que necessitei.

RESUMO

A juventude tem exercido um papel importante, não apenas no que concerne a sua participação em mobilizações coletivas, como também, em movimentos que envolvem outros setores ou grupos da sociedade. Nesses movimentos, inclui-se a migração interna que os jovens efetuam. Este trabalho procura entender o contexto escolar encontrado por esses jovens que migraram para Mato Grosso após a divisão do estado, em especial no que diz respeito à possibilidade de formação universitária. De natureza qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo sobre migração e juventude e como esse processo ocorreu em Mato Grosso. Os dados utilizados foram obtidos a partir de dados empíricos coletados nos levantamentos realizados por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa, Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso. A conclusão mostra um estado que investiu na área educacional em todos os níveis para atender à demanda resultante da imigração.

PALAVRAS-CHAVE:

MIGRAÇÃO, JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, MATO GROSSO.

ABSTRACT

The youth has an important role in the society, not only concerning to take part into collective movement, but in all segments of society. This study aims to understand the school context under the focus on young students who migrate to Mato Grosso State, especially those in undergraduate level. This research is qualitative, developed by students migration. The data was obtained from empirical research besides consult of many institutions such as Brazilian Institute of Geography and Statistic, National Institute of Teaching and Research, State Secretary of Planning of Mato Grosso. The conclusion shows a state that put in office in the educational area in all of the levels for attend to the resultant demand of the immigration.

KEYWORDS: MIGRATION, YOUTH, EDUCATION, MATO GROSSO.

LISTA DE FIGURAS

Nº	TÍTULO	PÁGINA
Figura 1	Mapa 1	37
Figura 2	Mapa 2	38
Figura 3	Dados da Imigração para Mato Grosso	66
Figura 4	Rede pública de ensino	99
Figura 5	Níveis de ensino	99
Figura 6	Dados efetivos de educandos	100
Figura 7	Matrículas da educação básica por etapas e modalidades de ensino	114

LISTA DE GRÁFICOS

Nº	TÍTULO	PÁGINA
1	Número de Instituições de ensino superior por categoria administrativa – 1991 – 2005	117
2	Funções docentes em exercício e afastados – público e privado .	118

LISTA DE TABELAS

Nº	TÍTULO	PÁGINA
1	Instituições de Ensino Superior MT – 2001	109
2	Instituições de Ensino Superior MT – 2004	110

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPEM	Curso de Aperfeiçoamento do Ensino Médio
CEFAPRO	Centro de Formação de Professores
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FBC	Fundação Brasil Central
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDECO	Integração, Desenvolvimento e Colonização
INEP	Instituto Nacional de Educação e Pesquisa
00000INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PAC	Projetos de Assentamento Conjunto
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Médio
PIN	Programa de Integração Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNEE	Portadores de Necessidades Educacionais Especiais
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SECITEC	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SEDUC/MT	Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
SEPLAN/MT	Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso
SINOP	Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização. Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
UFMT	Universidade Federal do Estado de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE ABREVIATURAS	
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	23
1 JUVENTUDE, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO	23
1.1 O Contexto Social da Juventude	23
1.2 Juventude e Participação	26
1.3 Condição Juvenil Contemporânea	29
1.4 Juventude, Migração e Educação no Mato Grosso	35
1.5 Aspectos históricos acerca das migrações	44
1.6 Migração e Pobreza	48
1.7 Migração Juvenil e a Visão dos Jovens sobre a Vida no Meio Rural	49
1.8 O jovem na escola e o processo de reprodução das desigualdades sociais.....	56
CAPÍTULO II	64
2 MATO GROSSO – SUA DINÂMICA DEMOGRÁFICA	64
2.1 Migração para Mato Grosso	64
2.2 Efeitos nas áreas de migração e imigração.....	71
2.3 O ritmo das migrações do sul para o Centro-Oeste.....	75
2.4 Breve histórico sobre a colonização do Estado do Mato Grosso.....	78
2.5 A colonização privada no norte de Mato Grosso.....	87
2.6 A ocupação de Mato Grosso.....	92
CAPÍTULO III	97
3 EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO	97
3.1 A educação no Mato Grosso após a divisão do Estado	97
3.1.1 Escolas	98
3.1.2 Educação Infantil	103
3.1.2.1 Pré-escola.....	104
3.1.2.2 Creche.....	105
3.1.3 Ensino Fundamental.....	105
3.1.4 Ensino Médio.....	107
3.1.5 Ensino Superior.....	108
3.2 Dados do Censo Escolar 2006	112
3.3. Educação: Mato Grosso Contemporâneo	115
4 CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO

A participação dos jovens em diferentes movimentos sociais sempre marcou época no mundo inteiro e em sociedades com características muito diferenciadas. Neste contexto podemos citar movimentos juvenis voltados às lutas pacifistas, ambientalistas, filosóficas e de valores, culturais, principalmente na música, no teatro e no cinema. Embora estes movimentos tenham ocorrido em locais diferentes com características diversificadas, povos, raças, culturas, religiões diferentes, observa-se que os jovens são os personagens principais na efetivação destas mobilizações. Uma das características destes jovens é a capacidade de mobilidade, de transitoriedade e de abertura para o novo, para mudanças, o que tem sido tema de estudos e pesquisas constantes no Brasil e no mundo.

Nesse sentido a juventude tem exercido importante papel no desenvolvimento do mundo e da sociedade. É possível observar a importância da presença da juventude em vários setores como da educação, da economia, da cultura, dos esportes e da religião. Da mesma forma a presença dos jovens se mostra em mobilizações coletivas, ação e participação em movimentos que envolvem diversos setores e grupos sociais.

Essa fase da vida humana tem sido entendida como uma passagem; esta concepção parte da compreensão de que se trata de um período de transformações visto, portanto, como um período de buscas e definições de identidade, de valores e idéias, bem como de modos de como se comportar e agir, pensar, expressar-se.

Da mesma forma como a juventude, a migração tem suscitado o interesse de

investigação por parte de pesquisadores e estudiosos da sociedade. O Mato Grosso, por muitas décadas, apresentou-se no cenário nacional com destaque na migração de populações. (OLIVEIRA, 1997)

Segundo FERREIRA & FERNANDES o Estado de Mato Grosso começa a despontar no cenário brasileiro a partir do avanço da frente pioneira paulista, embora tenha uma história de ocupação complexa em meados do século 20. Em um primeiro momento, este avanço provocou a ocupação do norte do Paraná, expandindo-se, posteriormente, para o sul do antigo Estado de Mato Grosso. Em seguida, nos anos 60, houve a entrada de gaúchos e paranaenses que se dedicavam à cultura do trigo e da soja. (FERREIRA & FERNÁNDEZ, s/d)

A configuração espacial e a dinâmica socioeconômica, observadas no caso de Mato Grosso assemelham-se bastante a "fases" já verificadas em outros Estados da região Centro-Oeste – como Goiás e Mato Grosso do Sul –, que tiveram seus territórios ocupados anteriormente. No entanto, para o Estado de Mato Grosso, evidencia-se uma maior intensificação do processo de ocupação demográfica e econômica recente, acarretando, de forma muito mais precoce, os impactos de grandes transformações na estrutura produtiva e fundiária regional, o que teve importantes implicações sobre sua dinâmica migratória. (GOMES, 2000)

Tais impactos podem ser percebidos através de dois aspectos principais: a redução significativa dos fluxos migratórios para a área, nas últimas décadas (80 e 90); e as características e formas de inserção produtiva do migrante, principalmente, do jovem migrante.

Do mesmo modo, este processo de transformação pode ser percebido no

âmbito intra-estadual, com relação ao comportamento demográfico dos vários subespaços do Estado, cujas trajetórias refletem as diferenças regionais e as peculiaridades das diversas microrregiões, seja em termos do processo de ocupação econômica, seja através dos momentos de ocupação da fronteira agrícola.

Fica claro através dos autores que fundamentam esta pesquisa que a forma como tradicionalmente o Mato Grosso foi ocupado vem se esvaindo gradativamente, principalmente à medida que a inserção dos migrantes torna-se cada vez mais difícil, considerando-se as novas e mais vigorosas formas de ocupação econômica do território.

Além dessa redução da intensidade e do volume da imigração para Mato Grosso, evidencia-se também um incremento da emigração para fora do Estado. As informações analisadas a este respeito mostram duas características distintas: por um lado, boa parte desta emigração refere-se, na verdade, a um retorno de grandes contingentes de pessoas que haviam procurado o Estado como uma alternativa para suas reproduções sociais; por outro, verifica-se que outra parte significativa desta emigração corresponde a um movimento que Cunha e Silveira (1999), em sua pesquisa "Região Centro-Oeste: o esgotamento de um processo de ocupação?", rotularam de "caminho ou trilha da fronteira".

Não se trata propriamente de um processo de evasão demográfica de nativos ou moradores mais antigos, mas sim de uma redistribuição espacial da população migrante, que, em função de fatores de mudança, se vê obrigada a procurar novos lugares para o possível assentamento definitivo.

Em suma, o que se percebe em Mato Grosso é que este Estado, hoje,

particularmente em termos migratórios, sofreu considerável redução, se comparado com o que foi a imigração na década de 70 e parte dos anos 80, fruto do progressivo desaparecimento de um dos fatores que mais contribuíram para a sua ocupação: a expansão e/ou manutenção das áreas de fronteira agrícola. Não é por acaso que o Estado, atualmente, apresenta elevado grau de urbanização, onde os centros urbanos tornaram-se as últimas opções para a permanência dos migrantes ali chegados, situação que se agrava quando se considera o reduzido potencial de absorção demográfica da maioria deles. Isso causa impacto nos sistemas de educação e saúde.

Em se tratando de educação no Estado de Mato Grosso, verifica-se que esse setor passa a ter um significado cada vez maior neste contexto da migração. Ao se analisar os fatores que permitiram o desenvolvimento, discute-se a melhoria das condições de vida. As condições educacionais e o incremento das mesmas, bem como, o processo migratório, como influência para o crescimento, aparecem como aspectos que determinarão, em grande parte, o sucesso da implementação de políticas sociais com vistas a um maior desenvolvimento econômico.

Esta pesquisa propõe-se mostrar o percurso da juventude no processo de migração para o Mato Grosso, destacando o fato de que a principal corrente migratória nesse período pós-divisão tem início nos estados do sul do Brasil. O interesse pelo tema Juventude, Migração e Educação tem sua origem na vivência da pesquisadora que, migrante do interior do estado do Paraná, atua como profissional vinculada à CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - uma instituição de educação que atua em vários municípios mato-grossenses. Muitos destes municípios devem seu desenvolvimento a imigrantes, principalmente a

famílias que, com seus filhos ainda jovens desbravaram esse estado, implantaram novas formas de vida e de produção, foram e são mentores do desenvolvimento político, educacional, cultural, econômico deste estado. Jovens, filhos destas famílias, hoje constroem nesta nova terra, sua história e a história de seus filhos. Aqui cresceram, se desenvolveram, estudam e contribuem, de forma decisiva, para a projeção do Estado de Mato Grosso. A CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade realiza trabalhos em diversas Instituições Cenevistas no interior do Estado. A CNEC é uma rede de ensino com significativa participação na educação brasileira. Sua atuação se dá na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, atuando também na pós-graduação bem como cursos de educação continuada e educação profissional de extensão universitária, sendo na atualidade uma das maiores redes de educação da América Latina. No Mato Grosso são inúmeros os municípios atendidos pelas diferentes atividades realizadas pela CNEC, e sendo a pesquisadora participante deste trabalho e fazendo parte desta população migrante colocando-se como jovem que juntamente com outros jovens brasileiros, que, em diferentes ondas migratórias, de diferentes regiões do país mudaram-se para este estado objetivando aperfeiçoamento educacional e profissional encontraram no Mato Grosso o lugar ideal para viver e realizar suas trajetórias de vida.

Para a realização desta pesquisa foi utilizada uma metodologia de abordagem qualitativa. Essa escolha é decorrente da constatação de que os procedimentos de abordagem qualitativa são os que melhor se adequam a estudos desta natureza.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que

não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO org. 2001, p.21.)

A pesquisa é de cunho bibliográfico e de dados coletados e sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Nacional de Educação e Pesquisa - INEP, Secretaria de Estado de Educação - SEDUC e Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN. Juventude, migração e educação foram temas pesquisados separadamente, dada a sua ampla produção científica e que reunimos e analisamos sob um único olhar.

Segundo ANDRADE (2003), a pesquisa bibliográfica tem sido uma das formas de recuperar informações em qualquer área do conhecimento. Para a autora, “Uma pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida como um trabalho em si ou constituir-se numa etapa da elaboração de monografias, dissertações etc.”. (ANDRADE, 2003: 59) Na etapa bibliográfica realizamos um levantamento sobre os temas Juventude, Migração, além de uma bibliografia sobre o estado de Mato Grosso. Ainda nessa etapa procurou-se estudar uma bibliografia que permitisse fundamentar uma leitura de educação que possibilitasse a compreensão do processo político e pedagógico de como se estabeleceu a relação juventude, migração e um desenvolvimento das oportunidades de educação em Mato Grosso.

Em uma segunda etapa realizamos um levantamento de dados sobre a oferta de Educação do Estado desde o seu período pós-divisão até 2006, tendo como fonte principal de informação a Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso – SEPLAN e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; foram coletados vários dados que procuramos analisar à luz da bibliografia estudada.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos.

No capítulo I, a abordagem sobre juventude, migração e educação, enfoca o Estado de Mato Grosso mostrando a migração como uma força de trabalho em movimento. A onda migratória que se intensifica a partir de 1970 mostra seus reflexos na malha rodoviária, nas telecomunicações, na abertura de novas fronteiras agrícolas e no sistema educacional. Aspectos históricos e sociológicos relacionados principalmente ao Centro Oeste, com destaque ao estado de Mato Grosso complementam o tema deste capítulo.

O capítulo II enquadra a migração para o Mato Grosso, analisando a dinâmica demográfica, bem como os efeitos nas áreas de migração do Sul do país para o Centro-Oeste. Dados sobre o crescimento demográfico do estado são mostrados, apresentando a forma de organização em grandes latifúndios. O perfil dos fluxos migratórios da região Centro-Oeste, com destaque ao estado de Mato Grosso, é apresentado tanto na migração interna quanto externa. Em consequência do fluxo migratório ocorre a abertura de grandes eixos rodoviários, a criação de novos municípios, criação de nova infra-estrutura na capital e no interior. O capítulo ainda faz um histórico da colonização do Estado, mostrando a ampliação ou criação de atividades de mineração, extração de madeira e implantação da agropecuária.

No capítulo III está compreendida a educação e a integração da juventude no Estado de Mato Grosso, vislumbrando o atual sistema educacional, desde a educação infantil até a educação superior. O capítulo mostra as diferentes formas de organização educacional existentes em Mato Grosso, bem como aspectos relacionados à implantação do ensino de nove anos. São demonstrados aspectos importantes do avanço na oferta de Ensino Superior no Estado. Encerram o capítulo dados educacionais de Mato Grosso levantados pelo Censo Escolar de 2006 e suas

implicações na oferta de educação para a juventude, bem como dados que demonstram o aumento das instituições de ensino superior no estado com vistas a oferecer melhores condições de educação aos jovens imigrantes.

No quarto capítulo destacamos aspectos conclusivos da pesquisa, reunindo informações fundamentadas na literatura que serviu de base à pesquisa, bem como dados estatísticos levantados e que complementam o estudo. O capítulo conclusivo apresenta considerações relacionadas ao tema em estudo, com destaque a diversos aspectos ligados à educação, cujo efetivo crescimento nas últimas décadas comprova a influência da imigração na melhoria e no crescimento de oportunidades educacionais ofertadas aos jovens mato-grossenses na atualidade.

O estudo pretende contribuir como fonte de pesquisa aos estudiosos da juventude e de movimentos migratórios no Estado de Mato Grosso. Esta pesquisa foi desenvolvida no grupo de Pesquisa Educação, Jovens e Democracia, da linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

CAPÍTULO I

JUVENTUDE, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO

1.1 O CONTEXTO SOCIAL DA JUVENTUDE

O Brasil está vivendo um momento singular na sua história: está se propondo discutir a gestão pública com um olhar para o futuro, com mais participação social, com um olhar de inclusão, visualizando um país onde possam existir menos pessoas passando fome e mais pessoas participando ativamente do processo de construção deste novo país.

É neste momento que devemos ter uma inflexão especial para com a Juventude Brasileira. O futuro é agora e os jovens deste país estão ávidos por uma saída viável para os problemas que não foram gerados por eles, mas que são deles.

Entender a Juventude como parceira na construção de um novo modelo de gestão é pensar, estrategicamente, o futuro desta nação. Precisamos impulsionar os jovens de forma a oferecer-lhes condições de desenvolvimento, disponibilizando acesso ao conhecimento e às tecnologias de gestão, para que possam construir uma nova perspectiva social, respeitando o indivíduo e construindo o coletivo.

Neste sentido,

Entendendo a Juventude enquanto um fenômeno multidimensional e que diversos são os fatores que constituem a identidade juvenil; entendendo que se trata de um momento onde o indivíduo começa a enfrentar e ter que dar respostas individuais às diversas instituições sociais que o cercam; entendendo ser um momento onde o jovem passa por diversas transformações biológicas e psicológicas; entendendo que o contexto econômico e social ao qual este jovem está inserido é parte integrante da construção de sua personalidade, podemos afirmar que se trata de um momento na vida que certamente se está mais aberto ao aprendizado de novos conhecimentos, novas posturas e a construção de novas relações sociais, podendo isso significar uma aposta na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. No entanto, este potencial transformador que se encontra latente nos corações e mentes da juventude não será seduzido a participar de processos de construção coletiva de novos valores, sem que existam ações concretas através de programas e projetos que busquem a qualificação e o empoderamento dos indivíduos e instituições que trabalham com o tema na busca da implementação de políticas públicas que tenham por centralidade a efetiva participação das juventudes na arena política brasileira.” (COELHO, 1998, p.76)

A definição do que venha a ser juventude em determinado momento histórico pelo intermédio do recorte etário é, talvez, a maneira mais simples de tentar circunscrever sujeitos cujas experiências se caracterizam por serem diversas e desiguais. Ainda que, para fins de pesquisa, legislação e definição de políticas públicas, seja possível estabelecer como sendo jovens aqueles que se encontram em torno de determinado corte de idade, deve-se ter em conta a inadequação conceitual de se articular um só campo de representações que seja unificador dos sentidos que venha a ser a “juventude”. Sem dúvida, “juventude é apenas uma palavra”, caso não se busque compreendê-la como categoria em permanente construção social e histórica, incorporando a complexidade da vida – em suas dimensões biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas, econômicas, que organizam a múltiplas maneiras de viver a condição juvenil.

Cabe refletir sobre o que haveria de comum entre jovens de quinze e vinte e quatro anos? Que vínculos existem entre jovens que possuem garantias familiares

para se escolarizarem no tempo adequado e outros de mesma idade que já se encontram diante dos desafios do mundo do trabalho ou da constituição da família? O que têm em comum os jovens que vivem em espaços sociais economicamente valorizados da cidade e jovens que moram nas favelas e periferias? Jovens homens e mulheres, ainda que de classes e idades semelhantes? Certamente as respostas vão muito além da agregação etária e apontam para a necessidade de se refletir sobre as diferentes condições objetivas e percepções sobre os sentidos de ser jovem. Somente dessa forma é possível dirigir um olhar sobre a juventude que contemple a sua diversidade, mais adequado à situação real, ou seja, aquela na qual a agregação arbitrária por idade não resume as identificações possíveis num conjunto determinado de homens e mulheres que se reúnem num universo de pesquisa, mas que permite perceber *experiências geracionais em comum*. Nessa perspectiva, pode-se dizer que se está diante de uma mesma geração quando os sujeitos, em alguma medida, vivenciam espaços-tempos comuns de sensibilidades, saberes, memórias, experiências históricas e culturais.

Assim, passou-se a empregar com certa frequência a expressão “juventude” como forma de enfatizar que, ao se tratar de jovens, deve-se reconhecer que esses constituem realidade plural e multifacetada. A expressão aparece em discursos públicos, textos e documentos variados da esfera governamental, acadêmica e da sociedade civil. Ainda que a simples utilização dessa expressão não garanta, por si só, a percepção da complexidade das realidades vividas pelos jovens, denota certo cuidado contra as generalizações que simplificam ao unificar o diverso e o desigual. O plural na referência à juventude é o reconhecimento do peso específico de jovens que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como as de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidiano e projetos de futuros.

O agravamento das condições de vida de ampla maioria da população jovem brasileira – em especial os setores mais vulneráveis: jovens negras e homens jovens moradores de espaços populares – incide diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e das incertezas quanto à vida futura. Reguillo (2003) chama a atenção que, em toda a América Latina, a face mais visível dos jovens, principalmente os pertencentes aos setores populares, foi aquela que os converteu nos principais operadores de violências nas sociedades. Não é de se estranhar, assim, que sobre eles tenham recaído as principais ações – não necessariamente de políticas públicas – de controle social tutelar e repressivo. Em conjunto com esse processo estigmatizador e generalizável a todos os países da região, se aprofundou a crise estrutural dos anos oitenta, que fraturou as macroeconomias dos países pulverizou a microeconomia de pessoas e famílias. Nesse processo muitos jovens vêm pagando o preço de políticas econômicas que os excluem das possibilidades de incorporar-se de maneira produtiva e cidadã à sociedade.

1.2. JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO

Articular as temáticas juventude e participação não é tarefa simples e torna-se um importante desafio, especialmente no contexto atual do Brasil. São trinta e quatro milhões de jovens entre quinze e vinte e quatro anos, propriamente ainda excluídos no processo democrático. Para eles, o que é a participação?

Um dos grandes desafios democráticos se relaciona com as encruzilhadas que podem ser percorridas para que a participação social se torne objetivo e meta

realizável numa sociedade em que tantos jovens se encontram em processo de exclusão econômica e marginalização social. A ampliação de conhecimentos sobre as diferentes realidades juvenis, necessidades insatisfeitas, motivações e intersubjetividades em curso, especialmente aquelas relacionadas com os jovens pobres que mais dificuldades enfrentam para realizar escolhas alternativas e projetos autônomos, é condição necessária de definição de políticas públicas sintonizadas com os sujeitos e realidades que se quer transformar.

A participação dos jovens nos assuntos públicos está entre as preocupações do debate sobre a ampliação dos processos democráticos. Muitas vezes há exagero quando se denuncia a “apatia juvenil” e se deixa de perceber que a “crise de participação cidadã” é fenômeno social ampliado que atinge todas as faixas etárias da população. Não é incomum que dados de pesquisa de opinião pública sejam distorcidos pelas mídias que pintam quadros que apresentam os jovens contemporâneos como conservadores e sem perspectivas, ou seja, nova geração, porém, politicamente mais velha do que seus próprios pais, que teriam contestado o “sistema” e empreendido a “boa luta” de gerações contra valores adultos dominantes. Deixa-se de reconhecer que não há mais valores pertencentes a apenas uma geração, que há desconfiança generalizada da população na “política” e que em todos os lugares e idades há dificuldades para se encontrar meios de ação para a resolução dos problemas coletivos.

A crítica mais acentuada sobre os jovens pode estar na “função sociológica” que as sociedades modernas atribuíram à juventude de ser agente de revitalização da vida social, força oculta pronta para se utilizada nos processos de mudança. Em grande medida, as generalizações sobre a apatia juvenil são agravadas pela

insuficiência de pesquisas que permitam com alguma precisão apreender e interpretar as situações pelas quais os jovens, em diferentes contextos e condições econômicas e sociais, expressam processos de recusa, impossibilidades ou mesmo apontam para novas práticas de participação de solidariedade e conflito que já praticam ou com as quais aceitariam se envolver. Muitas dessas práticas se tornam invisíveis para os sentidos dominantes, que dizem ser mais legítimos determinados ideais de participação ou mitos participativos do passado, tais como aqueles que se associam ao “juvenil radical” dos anos sessenta.

Estudos sobre a participação dos jovens na vida social indicam que, durante as décadas de oitenta e noventa e o início do novo século, a militância política institucionalizada ocupou um papel secundário nas ações coletivas praticadas e valorizadas pelos jovens brasileiros. Em outras regiões do mundo, a “despolitização” das populações juvenis também se tornou fonte de preocupação, levando à indagação sobre se a crise da participação dos jovens expressaria processos cíclicos ou mesmo consolidações estruturais nos relacionamentos das jovens gerações com as instituições sociais e políticas.

Ao mesmo tempo em que há pouca participação juvenil em espaços políticos formais, nota-se a presença de jovens em outros tipos de ações coletivas que contribuem para a constituição de espaços públicos juvenilizados em torno de diferentes experiências sociais participativas.

Os jovens brasileiros têm emitido sinais, mais ou menos visíveis, da negação frente a formas tradicionais de participação, tais como as que se expressam pela filiação a partidos, sindicatos e organizações estudantis. No entanto, ações coletivas juvenis deixam de ser notadas ou valorizadas devido ao caráter descontínuo, tópic

e muito freqüentemente desprovido de ideologias facilmente reconhecidas – esquerda e direita, por exemplo – do qual se revestem. Entretanto, as novas formas e temas pelos quais os jovens se mobilizam na esfera pública também indicam o quadro de crise das formas tradicionais de participação e socialização política.

Sem dúvida, pensar os distintos significados da participação política para as juventudes pode representar um importante aporte para captar não só como reproduzem, mas principalmente, como constroem novas respostas e essa questão.

1.3. CONDIÇÃO JUVENIL CONTEMPORÂNEA

Juventude é desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. Afinal, todos nós somos ou fomos jovens, convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas, e nas últimas décadas eles têm sido tema de alta exposição nos diferentes tipos de mídia que atravessam nosso cotidiano.

No entanto, quando se busca precisar um pouco mais o próprio termo, as dificuldades aparecem, e todo o seu aspecto impreciso e escorregadio toma relevo. Muito do que se escreve na academia sobre juventude é para alentar para os deslizos, os acobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra. Há muitos ângulos pelos quais se pode abordar o tema; cada disciplina das ciências humanas faz um tipo de recorte e, dentro delas, diferentes correntes teóricas ressaltam dimensões distintas desse complexo ao qual o termo pode se

referir.

No debate sobre políticas de juventude que se instaura agora no Brasil, essa tensão entre uma impressão de obviedade e a dificuldade de definições mais claras também vigora. O termo nunca esteve tão presente nos discursos e nas pautas políticas como na atualidade; mas ainda permanecem uma grande indeterminação e muitas indagações a respeito do que, afinal de contas, está sendo designado por ele. Por que a juventude se torna hoje um tema relevante? Como se fundamenta a necessidade de políticas para esse segmento? O que constitui a juventude como singularidade ante outros segmentos populacionais?

Formular e buscar responder a essas indagações se coloca hoje não como mero exercício acadêmico, ou como pretensão de eliminar as imprecisões, mesmo porque não há respostas certas, unívocas, exatas, mas para ajudar a clarear os termos do debate, que é também político, e verificar em que medida se está falando da mesma coisa e onde aparecem diferenças significativas.

Por muito tempo, pelo menos até os anos de 1960, a visibilidade da juventude no Brasil ficou restrita a jovens escolarizados de classe média, situação que condensava o significado da condição juvenil; o debate se dirigia então para o papel que os jovens jogavam na continuidade ou transformação do sistema cultural e político que recebiam como herança. Depois, durante o último quarto do século passado, o foco da preocupação ficou centrado na questão das crianças e adolescentes em situação de risco, que emergiu como um tema de extrema gravidade, desencadeando tanto uma onda de pânico social como uma importante mobilização em torno da defesa dos direitos destes segmentos¹. Isso polarizou o

¹ Engendrando ações da sociedade civil e do Estado, e resultando no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que se tornou instrumento fundamental para implantar a idéia desses segmentos como

debate no que diz respeito à juventude, fazendo com que este termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência, muitas vezes como algo indistinto da infância. Os jovens propriamente ditos ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania.

A percepção da juventude para além da adolescência em risco, numa direção, e para além dos setores de classe média, em outra direção, é mais recente, emergindo com mais força de uns dez anos para cá. Em certa medida, como ampliação da preocupação vigente com a adolescência, na “descoberta” de que os problemas de vulnerabilidade e risco não terminam aos dezoito anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí. Mas também pelo aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares², que vieram a público, principalmente por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, colocar questões que os afetam e preocupam, e que são diferentes daquelas colocadas pelas gerações juvenis precedentes, e para as quais não havia nem mesmo formulações elaboradas no plano da política. Por essas duas vertentes começaram a ser demandados, propostos e executados alguns projetos e ações para esses segmentos, agora sob o termo “juventude”.

Em 1987 já se chamava a atenção para o fato de que o tema restava, no Brasil, ainda como *estado de coisas*, ou seja, como demandas sentidas, mas ainda não inseridas no debate público e sem força para gerar respostas por parte do Estado. Mas o quadro mudou bastante de lá para cá e se expressa, hoje, como um problema político, logrando obter maior espaço nas agendas governamentais, a

sujeitos de direito.

² Desde os punks, nos anos 70 até os diversos grupos ligados ao hip hop, a visibilidade da juventude mudou profundamente com relação à sua origem social e panorama de questões, por meio de novos rostos, linguagens, temas e formas de atuação.

ponto de engendrar uma série de mobilizações para a posição de espaços institucionais e planos de políticas públicas para o segmento.

Diversos têm sido os pontos de partida deste debate: um deles é o que se foca nas condições e possibilidades da participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade e seus traços dominantes, examinando seus valores, opiniões e a atuação social e política que desenvolvem para avaliar como os jovens podem vir a interferir no destino do país e também nas questões singulares que os afetam. Outro é o que toma a juventude como contingente demográfico e busca verificar as características que informam a respeito das situações e de inclusão e exclusão dos diferentes subgrupos de jovens, e sobre as vulnerabilidades que especialmente os afetam, para concluir sobre os focos prioritários para as políticas sociais necessárias. Outro, ainda, é o que partindo da postulação do jovem como sujeitos de direito, busca examinar o que constitui a singularidade da condição juvenil e quais são os direitos que dela emergem, e que devem ser garantidos por meio de políticas públicas.

Não são abordagens contraditórias. Pelo contrário, devem ser complementares para a compreensão abrangente do tema e para a conformação de políticas. Neste artigo, a idéia é centrar-nos no exame dos traços e sentidos da condição juvenil na conjuntura atual, a partir de informações que dados de pesquisas relacionados ao perfil da juventude brasileira nos trazem. Não, evidentemente, com a pretensão de que dos dados estatísticos se possa extrair um conceito explicativo; mas com a intenção de verificar se as informações levantadas dão ou não apoio aos enunciados correntes e quais pistas e questões podem ser desenhadas para ampliar a compreensão do significado da condição juvenil no

Brasil nessa conjuntura histórica.

Desse modo, produziu-se uma *extensão* da juventude, em vários sentidos: na duração desta etapa do ciclo de vida; na abrangência do fenômeno para vários setores sociais, não mais só os rapazes da burguesia, como no início; nos elementos constitutivos da experiência juvenil e nos conteúdos da noção socialmente estabelecida. Entre estes últimos, ressaltam a vigência de uma multiplicidade de instâncias de socialização, não mais só a família e a escola; a importância dos campos do lazer e da cultura, principalmente na constituição da sociabilidade, das identidades e da formação de valores. Em decorrência, surgem muitas modificações no conteúdo da *moratória*: não mais só adiamento e suspensão, mas variados processos de inserção em várias dimensões da vida pessoal e social, como sexualidade, trabalho, participação cultural e política etc. A vivência da experiência juvenil passa a adquirir sentido em si mesma e não mais somente como preparação para a vida adulta.

Certamente, a diferença entre “condição juvenil” e “situações juvenis” permanece, mas as questões colocadas agora são outras. Se há tempos atrás todos começavam seus textos a respeito do tema da juventude citando Bourdieu, alertando para o fato de que “juventude” podia esconder uma situação de classe, hoje o alerta inicial é o de precisamos falar de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição. Esta mudança de alerta revela uma transformação importante na própria noção social: a juventude, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes. Agora a pergunta é

menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida.

É evidente que não se esvanece a discussão sobre as desigualdades e injustiças presentes nessas diferenças; ao contrário, tal debate pode tomar mais concretude justamente porque os jovens dos setores mais desfavorecidos podem, agora, se pronunciar a respeito de sua experiência como jovens e expressar aquilo que lhes faz falta, que desejam e almejam para viver de forma digna e satisfatória sua juventude, em vez de se verem apenas no registro da negação de tal identidade.

Muitos dos estudos recentes têm sido feitos sobre os modos de transição para a vida adulta, cuja finalização, classicamente, guarda os seguintes marcos: deixar a escola, começar a trabalhar; sair da família de origem, casar e formar um novo lar. Contudo, tais estudos têm mostrado modificações nestes processos, trazidas em grande parte pelas mudanças no mundo do trabalho e nas possibilidades e padrões de inserção no “mundo adulto” Sobre o pano de fundo de uma relativa falta de cronologia do percurso das idades, e uma dificuldade geral de lograr inclusão plena, a entrada no mundo adulto se faz cada vez mais tarde, segundo etapas variadas e desregulares, sem uma linearidade padrão.

Uma das conseqüências do alongamento da etapa é que ela passa a comportar momentos diferenciados, como o momento inicial, da adolescência, mais afetado pelas transformações biológicas e suas conseqüências psicossociais, e a juventude propriamente dita, com questões mais centradas em torno da busca de inserção social.

Emerge dessas transformações também a importância de examinar as

condições da vivência juvenil e não apenas os modos da passagem para a vida adulta, ou seja, os processos que marcam a juventude como singularidade, abrindo para os jovens dificuldades e possibilidades específicas, e não somente o modo pelo qual os jovens deixam de ser jovens. São aspectos a serem observados e que interferem significativamente na vida dos jovens.

1.4. JUVENTUDE, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO NO MATO GROSSO

A migração não se constitui apenas na força de trabalho em movimento, mas, à medida que o migrante carrega consigo sua cultura, hábitos e modo de vida construídos em seu local de origem, ela também se torna um movimento espacial de difusão e integração da diversidade cultural e social, contribuindo assim para a derrubada de fronteiras culturais.

Muitos são os fatores que podem desencadear a migração. A respeito, vejamos a seguinte informação:

As migrações dos Estados do Sul em direção ao Centro-Oeste são fatos recentes que ainda não foram devidamente estudados nas principais causas, conseqüências, possibilidades de êxito, tipos de culturas a serem incentivadas etc. Assim, de todos os esforços já empreendidos em estudo neste campo, resulta a impressão clara da necessidade de um aprofundamento da análise de um processo que afeta a vida de muitos milhões de brasileiros no país. (SCHAEFER, 1985, p. 18)

Os diversos motivos e expectativas pelos quais os migrantes deixam seus lugares de origem também constituem um fator importante para se compreender

como determinado fenômeno se processa. À medida que revela o projeto de vida de determinado jovem migrante.

Faz-se necessário, que ao caracterizar as Migrações Internas no Brasil, estas sejam relacionadas aos grandes eixos de mudança na estrutura econômica do País. Não há dúvida de que o fenômeno das migrações atravessa a história da humanidade. Ao longo do tempo passou por profundas modificações e continua sofrendo transformações que o tornam cada vez mais complexo e diversificado. A preocupação dos estudiosos esteve essencialmente voltada para a inserção, adaptação dos migrantes nas sociedades de destino.

A expansão populacional pós década de 60 em direção a novos territórios, que não as principais cidades do País, configurou um novo mapa do Brasil; a fronteira para o aporte de investimentos, políticas e população “marchou” em direção à Amazônia legal. Assim, é que ao longo de 20 anos houve um crescente aumento demográfico em face de um elevado saldo migratório, que em muitos casos significou o único índice de crescimento da população dos lugares.

A partir de 1970 houve uma grande onda migratória principalmente da Região Sul do Brasil em direção a parte central do País, abrangendo os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre, Goiás e Maranhão.

No princípio dos anos 80, iniciou-se uma fase de desenvolvimento jamais visto em Mato Grosso. A ampliação e a melhoria da malha rodoviária pelo governo federal; a expansão das telecomunicações; a abertura de novas fronteiras agrícolas em imensas glebas de colonização estatal e particular, ensejando a fundação de inúmeros núcleos urbanos pioneiros; e em especial a ocorrência de um intenso

Fluxo Migratório, originários dos estados do Sul do País.

Papéis predominantes tiveram o INCRA e as colonizadoras particulares neste processo de abertura de Novas Frentes Pioneiras e na fundação de novos povoados, hoje todos eles sede de Municípios e de Comarcas. Graças a esses procedimentos, facilitou-se a aquisição de terra por parte de Migrantes originários do Sul do País.

A divisão do Estado, ocorrida em 1977 criando assim o Estado de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, foi o marco decisivo de sua consolidação econômica, marcando a arrancada do Estado do Mato Grosso para um maior desenvolvimento, o efetivo início da nova história, tendo Mato Grosso dado provas de sua capacidade de crescimento, assim como sua viabilidade econômica. O dinamismo que a economia do estado vem experimentando nos últimos anos demonstra a capacidade de resposta do Mato Grosso aos investimentos realizados nos mais diversos setores.

Mapa 1: Mato Grosso e a expansão de seus municípios.

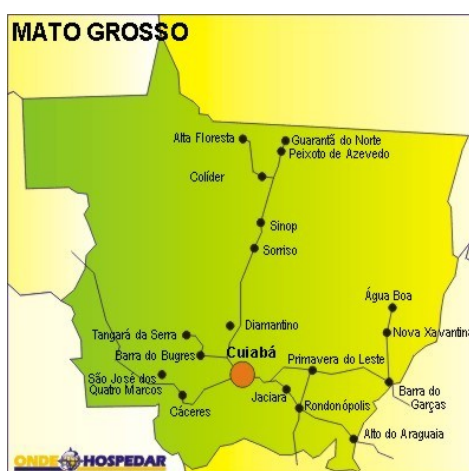


Figura 1: Mapa 1

Fonte: site www.ondehospedar.com.br.

Uma análise mais cuidadosa do mapa de Mato Grosso pós-divisão nos faz ver que o norte do estado passou a ser povoado principalmente a partir do surgimento de novos municípios resultado do fluxo migratório. Dentre estes municípios destacamos: Alta Floresta, Brasnorte, Canarana, Água Boa, Cláudia, Colíder, Cotriguaçu, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Guarantã do Norte, Juína, Juara, Juruena, Lucas do Rio Verde, Nova Bandeirantes, Porto dos Gaúchos, Primavera do Leste, Rondonópolis, Santa Carmem, Sapezal, Sinop e Sorriso. Centenas de famílias estabeleceram-se no estado de Mato Grosso. A maioria compunha-se de descendentes de imigrantes italianos e alemães fixados no Rio Grande do Sul e, em menor escala, Santa Catarina e Paraná.

Mato Grosso do Sul após a divisão.



Figura 2: Mapa 2
Fonte: www.guiapereira.com.br

O delineamento do mapa de Mato Grosso do Sul, pós-divisão e os municípios que o compunham demonstram que a densidade populacional anterior à divisão do

estado concentrava-se principalmente ao sul do então estado de Mato Grosso. E o norte, o que passou a ser o estado de Mato Grosso teve sua densidade demográfica aumentada graças à imigração.

Se for traçado um breve histórico, é possível ver que, ao longo das últimas décadas a Região Centro-Oeste, mais precisamente o Estado de Mato Grosso, sofreu uma série de transformações com impactos consideráveis na estrutura produtiva e ocupacional. Os incentivos governamentais na década de 70 para a ocupação da região refletiram-se em significativos fluxos migratórios e grandes empreendimentos agropecuários.

A mobilidade espacial é usualmente associada à mobilidade social. Pessoas, grupos e povos migram com o intuito de se fixar, integrar e melhorar suas condições de vida.

Analisadas pela ótica da produção, as migrações foram geralmente explicadas na perspectiva do desenvolvimento econômico. Uma vez que os movimentos analisados encontram-se na esfera da reprodução e são permanentemente deslocados, coloca-se, de um ponto de vista teórico, o imperativo de interpretar as migrações também enquanto processos históricos que objetivam a reprodução de ordem social.

Nos últimos anos a juventude tem exercido um papel importante no que concerne a sua participação em mobilizações coletivas, ou seja, bem como nas ações compostas por jovens, como também a participação em movimentos que envolvem outros setores ou grupos da sociedade.

A concepção de juventude como passagem parte do reconhecimento de que

se trata de um período de transformações e por isso de buscas e definições de identidade, de valores e idéias, de modos de como se comportar e agir.

A participação juvenil é traçada em movimentos sociais começando pelo movimento estudantil dos anos 60, perpassando pelas formas “sub-culturais” de ação coletiva nos anos 70 como os punks, os movimentos de ocupação de imóveis, os centros sociais juvenis em diferentes países europeus, através do papel central da juventude nas mobilizações pacifistas e ambientais dos anos 80 bem como as mobilizações nos anos 90 como o anti-racismo no norte da Europa, França e Alemanha.

Embora essas mobilizações tenham ocorrido em histórias e conjunturas sociais, econômicas e geográficas distintas nota-se que todas envolvem pessoas jovens como atores centrais.

O conceito de juventude relaciona-se ao fato de que não é somente uma condição biológica, mas também uma definição cultural, dessa forma tem-se atribuído categorias como incerteza, mobilidade, transitoriedade, abertura para mudanças. A juventude tem sido constantemente tematizada no Brasil, através da opinião pública, organizações governamentais e não governamentais; na academia os jovens voltam a ser tema de investigações, através de trabalho como dissertação de mestrado e doutorado. Assim como a juventude, a migração tem suscitado o interesse de investigação das academias.

A migração tem sido uma constante na formação histórica do Brasil. O intenso processo de urbanização e de distribuição espacial da população tem sido marcada por intensos volumes migratórios, o que possibilitou mudanças estruturais na

sociedade brasileira.

Na medida em que provoca mudanças na estrutura de uma região, de um estado, de um país, é considerada como um fator sociológico, a saída de várias pessoas de uma certa região, bem como sua migração a um determinado espaço geográfico. Entende-se que ocorrem situações em que determinados espaços configuram-se em espaços de atração ou de expulsão da população em questão. As pessoas são atraídas para aqueles lugares porque o sistema capitalista lhes oferece melhores oportunidades de emprego, renda, bem-estar, ascensão social.

Assim, considerando que o processo migratório ocorre no interior dos limites da fronteira nacional, o termo migração será entendido a partir da definição de Souza.

Um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país, que provocam o deslocamento horizontal de pessoas de todas as classes sociais que por razões diversas, deixam o seu município de nascimento e vão fixar residência noutro. (SOUZA, 1980, p. 56)

Para entender melhor o processo migratório que se dirigia para a Região de Mato Grosso, é necessário perceber que houve por parte do Governo Federal uma valorização e divulgação da Amazônia Legal, a partir da década de 50, enquanto “área vazia” que precisava ser ocupada. Assim, o Estado brasileiro tinha no incentivo à migração um de seus pontos básicos para sua política de ocupação da Amazônia Legal que, embora já se processasse espontaneamente, intensificou-se a partir dessa política governamental.

Outros fatores importantes incentivaram o processo migratório para a região

Centro-Oeste e Norte do Brasil. Segundo Carvalho a construção de Brasília foi o primeiro passo para essa ocupação, onde o “grande canteiro de obras serviu como frente de trabalho” que atraiu fluxos de trabalhadores migrantes de outras partes do país. (CARVALHO, 1980, p. 49)

Segundo Vaitsman, (apud DALSIKO, 2002, p.18) que fez uma cobertura jornalística sobre a construção de Brasília para o “Diário da noite” em fins de 1958 e início de 1959, as mudanças esperadas na região e a importância dada à sua ocupação eram as seguintes:

“As vastidões desertas do Brasil Central espera a seiva vigorosa dos novos bandeirantes para que se transformem em viçosos celeiros de um mundo cada vez mais faminto, tanto de víveres como de matérias primas para as atividades que se estão multiplicando graças ao engenho humano na ânsia incessante do progresso. Brasília já está exercendo papel preponderante da maior parte do território nacional. Já está funcionando como catalisador, gerando novas energias, com sua simples presença no coração do Brasil. Basta olhar as obras que ela está desencadeando, sobretudo no tocante às rodovias e ferrovias que convergem para o planalto e rasgam regiões até pouco abandonadas, onde raros habitantes viviam no isolamento mais sinistro”. (VAITSMAN, 1959, p. 127)

Além da construção de Brasília, a abertura da rodovia Belém-Brasília, na época, chamada de “sonhovia” pelo governador do Estado do Amazonas, Plínio Coelho, também incentivou a vinda de grande fluxo migratório, principalmente do nordeste do país.

Para Maurício Vaitsman (apud DALSIKO, 2002, p.18) é possível acompanhar o processo de ocupação ao longo da rodovia Belém-Brasília, em que um contingente de homens vai se instalando onde antes se dizia haver um vazio demográfico. Vaitsman afirma que a ocupação se dá “espontaneamente com a abertura da

estrada”, como se a estrada fosse o único chamariz que atraísse o homem para ocupação das terras da Amazônia Legal. Porém o fato é que, já em 1938, Getúlio Vargas anunciava a “marcha para o oeste” não estando com o objetivo de criar uma política de segurança interna e nacional, mas a de que a idéia era que um grande número de pessoas “desocupadas” que se concentravam nos grandes centros urbanos se deslocasse para as áreas tidas como um “vazio demográfico” evitando, grandes conflitos sociais nas regiões sudeste e nordeste e objetivando restaurar o papel do Brasil no mercado internacional da borracha. VAITSMAN (apud DALSIKO, 2002, p.18)

Nos anos 40 e 50, esse movimento migratório direcionou-se para o Estado do Paraná, mas nas décadas seguintes, a Amazônia Legal voltou a fazer parte da pauta das preocupações governamentais com a política de Ocupação da Amazônia, e para “ligá-la” ao resto do país, criou rodovias, dentre elas a Transamazônica que teria 2.300 quilômetros de extensão, e segundo Castro, o governo federal tinha por objetivo, assentar ao longo desta rodovia, até o ano de 1974, 100 mil famílias e até 1980, um milhão; a Perimetral Norte, com 1.320 quilômetros; a Cuiabá/Santarém; a Manaus/Porto Velho; a Cuiabá/Porto Velho. Certamente estas rodovias deram uma dimensão nova à política de assentamento através da colonização e da abertura de áreas urbanas na região da Amazônia Legal. (CASTRO, 1994, p.17.)

O governo federal, nos anos 70, respaldado na doutrina de “Segurança, Integração e Desenvolvimento”, definiu uma política de ocupação na qual a Amazônia passou a ser alvo dos discursos de ocupação e colonização, de progresso e valorização, de fartura e de riqueza. Através do PIN- Programa de Integração Nacional, o governo tentou dar um sentido social à política adotada. Ainda segundo Castro “a essência do PIN traduzia-se na implementação de programas através de pequenas e médias propriedades agrícolas, de natureza nitidamente familiar,

constituídas por levas de pequenos agricultores procedentes do nordeste”. Nesse processo, Mato Grosso passou a ser o ‘portal de entrada’ para a conquista da Amazônia, onde levas de migrantes começaram a chegar. (CASTRO, 1994, p.17)

A área definida como Amazônia Legal recebeu recursos de diversos programas governamentais, tornando-se um espaço concorrido para a implantação de projetos privados de colonização na região, sendo que mais de 90% desses projetos estavam direcionados à colonização de Mato Grosso. Segundo Oliveira (1997), a maioria das empresas de colonização que tinham projetos privados, montou escritórios no sul do país principalmente no norte e oeste do Paraná, tais com: Maringá, Cianorte, Umuarama, Assai, buscando atrair colonos para a região.

Porém, as péssimas condições de vida e de trabalho na área rural contradiziam as propagandas do governo; os migrantes que saíam de pequenas áreas urbanas não quiseram se embrenhar na mata sem as mínimas condições de sobrevivência. Desta forma, muitos preferiram a periferia da cidade que lhes oferecia, ainda que precariamente, serviços públicos essenciais, onde pelo menos, tinham acesso à educação, saúde e consumo.

1.5 ASPECTOS HISTÓRICOS ACERCA DAS MIGRAÇÕES

As migrações costumam configurar como o lado visível de fenômenos invisíveis. Aparecem, muitas vezes, como a superfície agitada de correntes subterrâneas. Verdadeiros termômetros que, ao mesmo tempo, revelam e escondem

transformações ocultas. Os grandes deslocamentos humanos, via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Os maremotos históricos provocam ondas bravas que deslocam em massa populações e povos inteiros. Numa palavra, a mobilidade humana é em geral um sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo ocorreu ou está para ocorrer, ou melhor, algo está ocorrendo nos bastidores da história.

De acordo com o Tratado de Tordesilhas, o atual estado de Mato Grosso, como quase todo o Centro-Oeste e a Região Norte, pertencia à Espanha. Por muito tempo sua exploração se limitou a esporádicas expedições de aventureiros e à atuação de missionários jesuítas espanhóis. Com o bandeirismo no século XVII e a descoberta de ouro no Brasil central no século XVIII, a região é invadida por exploradores. Em 1748 é criada a capitania de Mato Grosso, com sede em Vila Bela da Santíssima Trindade, posteriormente transferida para a vila de Cuiabá. Dois anos depois, a região é incorporada ao Brasil pelo Tratado de Madri.

No século XIX, com o declínio da mineração, o empobrecimento e o isolamento da província são inevitáveis. Alguma atividade agrícola e mercantil de subsistência sobrevive nos campos mais férteis do sul. O único meio de transporte até a capital é o navio, numa viagem pelo rio Paraguai. Com a República, esse isolamento vai sendo vencido com a ampliação da rede telegráfica pelo marechal Cândido Rondon, a navegação a vapor e a abertura de algumas estradas precárias. Esse avanço em infra-estrutura atrai seringueiros, criadores de gado, exploradores de madeira e de erva-mate para a região.

Como todo o Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso beneficia-se da política

de interiorização do desenvolvimento dos anos 40 e 50 e da política de integração nacional dos anos 70. A primeira é baseada principalmente na construção de Brasília e a segunda, nos incentivos aos grandes projetos agropecuários e de extrativismo, além dos investimentos em infra-estrutura, estradas e hidrelétricas. Com esses recursos, o estado prospera e atrai dezenas de milhares de migrantes. Sua população salta de 430 mil para 1,6 milhão de habitantes entre 1940 e 1970. O governo federal decreta a divisão do estado em 1977, alegando dificuldade em desenvolver a região diante de sua grande extensão e da diversidade de seu povo e das diferentes características regionais. No norte, menos populoso, mais pobre, sustentado ainda pela agropecuária extensiva e às voltas com graves problemas fundiários, fica Mato Grosso. No sul, mais próspero e mais populoso, é criado o Mato Grosso do Sul.

O estado de Mato Grosso apresenta relevo pouco acidentado e alterna um conjunto de grandes chapadas, no planalto mato-grossense, com altitudes médias entre 400 e 800m, e áreas de planície pantaneira, sempre inundadas pelo rio Paraguai e seus afluentes. Três ecossistemas principais estão presentes: o pantanal, o cerrado e a floresta amazônica. O pantanal cobre 10% do estado e abriga quase mil espécies animais, incluindo cerca de 650 tipos de aves aquáticas. A vegetação do cerrado ocupa 40% de Mato Grosso, com altitude média de 600m, enquanto a Floresta Amazônica se estende por metade do estado.

No norte fica o Parque Nacional do Xingu, banhado pelas águas dos rios Araguaia e Xingu. Ali vivem diversas tribos indígenas que preservam a tradição do Quarup, festa anual realizada em homenagem aos chefes mortos e aos novos líderes. O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, com 33 mil ha de cânions,

cascatas, quedas-d'água, cavernas e sítios arqueológicos, com altitude média de 860m, atrai visitantes de todo o Brasil.

Conforme mencionado, o deslocamento de parcelas da população de um para outro ponto do Brasil foi uma constante desde o período colonial. Habitantes das zonas rurais dirigindo-se para as cidades, trabalhadores transferindo-se provisoriamente de um local para outro local, em busca de trabalho temporário, e famílias inteiras retirando-se da Região Nordeste para fugir das secas são os aspectos mais comuns de migrações internas no Brasil.

A industrialização da Região Sudeste foi um poderoso atrativo para os habitantes do Nordeste, periodicamente assolado pelas secas. Quando o fluxo imigratório europeu diminuiu em razão da guerra de 1914-1918, acentuou-se o número de migrantes nordestinos que se dirigiram para o sudeste, principalmente para São Paulo. Os problemas econômicos que deram origem a esse tipo de migração interna, bem como os problemas sociais dele resultantes, não se limitaram à Primeira República; pelo contrário, estendem-se até hoje.

A imigração brasileira foi intensa durante a República Velha. A abolição da escravatura, ocorrida pouco antes da proclamação do regime republicano, favoreceu a vinda de estrangeiros. Só em 1891 vieram para o Brasil mais de 200.000 imigrantes.

No governo de Epitácio Pessoa foram adotadas certas medidas restritivas à imigração, com o objetivo de selecionar melhor os imigrantes. A partir de 1930, as medidas restritivas acentuaram-se, em razão do índice de desemprego causado pela crise de 1929. Isso fez diminuir consideravelmente a vinda de estrangeiros para

o Brasil.

1.6 MIGRAÇÃO E POBREZA

Historicamente, no Brasil, é difícil falar de pobreza sem atentar para os grandes deslocamentos da população, como também é difícil falar destes deslocamentos sem relacioná-los à exclusão social. Isto não significa estabelecer, sem mais, uma causalidade mecânica e imediata entre pobreza e migração. Mais apropriadamente, pode-se afirmar que os dois componentes em questão têm funcionado, na história do país, como duas faces de uma realidade mais ampla. Constituem, simultaneamente, causa e efeito dos problemas estruturais da sociedade brasileira.

Não se pode atribuir unicamente as migrações à pobreza e à violência urbanas, como faz muitas vezes o senso comum. Por outro lado, também não se pode responsabilizar somente a pobreza do campo pelo êxodo rural em massa. A miséria que se espalha pelas cidades e o esvaziamento do campo tem, como se sabe, causas bem mais complexas. Fatores como a crise econômica e o desemprego crescente, as transformações no mundo do trabalho e a precarização de suas relações, entre outros contribuem, decisivamente, tanto para o quadro de indigência que se amplia, quanto para os deslocamentos compulsórios da população pobre.

Entretanto, não podemos também desconhecer as mútuas implicações entre o fenômeno das migrações e a espiral de empobrecimento por que passa a

sociedade brasileira nos dias atuais. Limitaremos nossa abordagem ao deslocamento dos trabalhadores e das camadas mais pobres da população, sem esquecer, entretanto, a migração cada vez mais acentuada de profissionais liberais e de técnicos das empresas multinacionais.

Ainda uma última observação. Expressões como "migração forçada" ou "migração compulsória", não pretendem subestimar a existência e a importância dos deslocamentos livres e espontâneos. O direito fundamental de ir e vir está na base de qualquer programa de luta pela cidadania. Na sociedade brasileira atual, contudo, a grande maioria da população, especialmente os setores condenados à exclusão social, deixa a sua terra e sua gente não por um ato livre, mas por motivos de vida ou morte. Está em jogo a própria sobrevivência. Daí nossa insistência em que ao direito de ir e vir corresponde o direito de "ficar". Quantos migrantes que hoje percorrem as estradas se pudessem optar, decidiriam permanecer no solo onde enterraram seus mortos! Migrar deve ser uma decisão livre não forçada pela sobrevivência.

1.7 MIGRAÇÃO JUVENIL E A VISÃO DOS JOVENS SOBRE A VIDA NO MEIO RURAL

Os dados demográficos sobre a população brasileira demonstram a continuidade do processo migratório campo-cidade nas últimas décadas. Entre os motivos apontados para a emigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e

de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão).

Singer (1973) esclareceu que os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: *fatores de mudança* (em grande parte associada à *modernização*), decorrentes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, que acarretam a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo como objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução no nível de emprego; e *fatores de estagnação*.

... que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários.

[...]

os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo mudança de técnica e, em conseqüência, o aumento da produtividade do trabalho.

[...]

Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. (SINGER, 1973, p. 38.)

Apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação. Dependendo de como se

examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os 'ruralistas' predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração.

Constata-se que, ao fazer a sua avaliação do modo de vida rural, os jovens comparam-no com o modo de vida urbano, o que os leva a considerar a agricultura de maneira mais negativa do que positiva. Entre os aspectos negativos, eles destacam a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho. Eles mencionam ainda a atividade agrícola penosa, dura e difícil que submete os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis, assim como os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios. Como aspecto positivo os jovens salientam a relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão.

As representações dos jovens resultam da socialização e refletem a visão de mundo e a concepção da profissão dos pais, bem como sua percepção mais ou menos pessimista das perspectivas futuras. Ao fazer essas considerações, os jovens comparam suas condições de vida a aquelas dos trabalhadores urbanos, levando em conta principalmente as alternativas de lazer, o tempo livre e o volume de preocupações.

Chama-se a atenção para o fato de que rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural. Neste sentido, Wanderley (2000) apóia-se em Kayser (1990), que participa do debate sobre a idéia de "fim do rural", posicionando-se contra ela, ao mostrar que o rural representa um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Wanderley (2000) vai à mesma

direção ao propor que se considere o meio rural como um espaço de vida singular, constituído historicamente a partir de dinâmicas sociais internas e externas, as primeiras representadas pelas formas e a intensidade da vida social local e as segundas expressas pela integração aos espaços sociais mais amplos, principalmente através de complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana (Wanderley, 2000).

É preciso distinguir entre a produção baseada na economia familiar (agricultura familiar), na qual são integradas as esferas de produção e de consumo, e a produção com base na economia empresarial, nitidamente capitalista e com uso de mão-de-obra assalariada.

Positivamente por constituir um centro de serviços e oferecer possibilidades de progresso e educação, como complemento necessário à vida no meio rural. A vida no assentamento é valorizada principalmente pelas relações de amizade e solidariedade e pela maior tranquilidade. Há ainda a percepção de que o meio rural oferece aos seus moradores melhores condições de ganhar a vida, tanto pelo caráter autônomo da atividade agrícola quanto pela possibilidade de assegurar a produção direta dos alimentos como mecanismo de adequação a uma economia mercantil que freqüentemente lhes é desfavorável.

Outro aspecto apontado pelas pesquisas sobre os jovens rurais é a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, levando à relativa masculinização do campo. Assim como existem diferenças nos processos de socialização e nas oportunidades de inserção na atividade agrícola para rapazes e moças, eles e elas diferenciam-se também nas representações sobre a vida no meio rural, sendo as moças mais críticas e com posições mais negativas do que os

rapazes. A posição mais crítica das mulheres decorre da desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar e pela invisibilidade de seu trabalho, mas também pelo pouco espaço a elas destinado na atividade agrícola comercial, onde atuam apenas como auxiliares.

Em entrevistas realizadas com jovens filhos de agricultores familiares no sul do Brasil, suas reivindicações abordam dois aspectos: acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir como utilizar; e autonomia em relação aos pais. O primeiro é dificilmente equacionável dentro da economia familiar, cujos recursos geralmente são indivisíveis e ficam sob o controle do pai. Uma alternativa para os jovens é o assalariamento, principalmente no meio urbano, que marca uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade agrícola. A solução do segundo requer a mudança nas relações familiares, através da participação maior de todos os trabalhadores familiares no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens.

A falta de renda e de autonomia age de maneira diferenciada sobre rapazes e moças, decorrente da socialização a que são submetidos. Como mostra Castro (2005) numa pesquisa num assentamento no Rio de Janeiro, os rapazes envolvem-se nas atividades desenvolvidas pelos pais, seja na construção ou reforma da casa, seja nas tarefas agrícolas; enquanto que as moças restringem-se ao apoio às atividades desempenhadas pelas mães, predominantemente no espaço doméstico, que inclui os trabalhos da casa, cozinha, roupa, cuidado de crianças menores e da horta e animais domésticos. Ao mesmo tempo, a família mantém maior controle sobre as mulheres, “principalmente ‘jovens’, que são ‘proibidas’ ou sofrem muitas restrições quanto à circulação dentro e fora do assentamento” (Castro, 2005, p. 332)

Para os rapazes, como mostra Castro (2005, p. 332), além do trabalho externo ao lote no assentamento, o ingresso nas forças armadas contém a possibilidade de obtenção de renda e autonomia, uma vez que “o alistamento militar obrigatório para os homens representa um processo de conquista de liberdade, mesmo sem sair da casa dos pais”.

Para as moças, a freqüência a uma escola no meio urbano significa uma primeira etapa da busca de alternativas; a segunda etapa é alcançada com o casamento ou através de um emprego. A conquista de autonomia ou de *liberdade*, na expressão dos jovens, porém, só é obtida com a saída da casa dos pais, pois o controle sobre elas é exercido enquanto estiverem vivendo com eles.

As observações de Castro sobre o assentamento estudado assemelham-se aos resultados de pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul, principalmente no que diz respeito às diferenças entre rapazes e moças no processo de socialização, na participação nas esferas produtiva e doméstica, nas formas de lazer e na liberdade de circulação (Weisheimer, 2004; Siqueira, 2004). Há ainda diferenças entre rapazes e moças na valorização da educação: as moças investem mais na educação do que os rapazes, principalmente com vistas à preparação para um emprego na cidade.

É importante registrar que a freqüência a uma escola de ensino médio requer a ida regular dos jovens às sedes dos municípios, onde têm acesso a outro modo de vida e de relações sociais. Esses jovens também são submetidos ao confronto de valores sobre a vida no meio rural e no meio urbano, pois os cidadãos (alunos e professores) transmitem uma visão relativamente negativa dos rurais (Siqueira,

2004). No entanto, a circulação entre o campo e a cidade possibilita aos jovens a ampliação de seu círculo de relações sociais e uma maior integração cultural.

Como o ingresso na atividade agrícola, como produtor familiar, na maioria dos casos é endógena - isto é, são os próprios agricultores familiares que geram seus sucessores -, a emigração dos jovens e sua visão relativamente negativa da vida no meio rural revela a existência de uma crise de reprodução social, apontada por Bourdieu (1989). Ademais, como o casamento depende da oferta de jovens do próprio meio, sendo raros os casos de jovens citadinas dispostas a casar com agricultores, e o número de moças migrantes é proporcionalmente maior do que o de rapazes, o risco de celibato pode ser um estímulo adicional à migração dos rapazes.

Dado o avanço dos conhecimentos sobre as tendências migratórias e a visão dos jovens sobre a atividade agrícola, parece importante a inversão da questão, procurando examinar as condições que favorecem sua permanência. Neste sentido, são importantes os estudos que analisam o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não agrícolas, para jovens de ambos os sexos. Dentro desta perspectiva, faltam estudos que particularizem as relações sociais em diferentes regiões do Brasil.

Um desses estudos procurou explicar a presença de um número proporcionalmente maior de jovens numa região do Rio Grande do Sul: os produtores de morango eram relativamente mais jovens quando comparados com os demais agricultores incluídos na pesquisa.

Como proposta de interpretação, procurava-se justificar a maior presença relativa de jovens através de dois aspectos: a divisão de trabalho praticada entre os produtores de morango, na qual os trabalhadores desempenhavam atividades específicas de forma relativamente autônoma, sob a supervisão geral do 'chefe' do estabelecimento; e o acesso a uma renda individualizada, uma vez que cada trabalhador tinha direito a uma parte dos recursos obtidos com a comercialização.

No entanto, verificou-se que a produção de morango também gerava proporcionalmente maior renda e maior volume de trabalho, devido à combinação de atividades de produção e comercialização direta.

Concluiu-se então pela inexistência de um único fator explicativo: havia indícios de associação entre diversificação produtiva (que requer um número relativamente maior de trabalhadores e proporciona uma distribuição mais eqüitativa do trabalho durante o ano), volume de renda (só se pode dividir o que ultrapassa as necessidades mínimas necessárias à reprodução no ciclo curto) e divisão da renda entre os que trabalham, de um lado, e a absorção de jovens na atividade agrícola, de outro.

1.8. O JOVEM NA ESCOLA E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Bourdieu e Passeron afirmam que esse tema aponta para um mesmo princípio de inteligibilidade: o "das relações entre o sistema de ensino e a estrutura das relações entre as classes".

Esse princípio de inteligibilidade orienta, na verdade, o conjunto das reflexões de Bourdieu sobre a escola. A escola e o trabalho pedagógico por ela desenvolvido só poderiam ser compreendidos, na perspectiva desse sociólogo, quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. A escola não seria uma instância neutra que transmitiria uma forma de conhecimento intrinsecamente superior às outras formas de conhecimento, e que avaliaria os alunos com base em critérios universalistas; mas, ao contrário, ela é concebida como uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.

O ponto de partida do raciocínio bourdieusiano talvez se encontre na noção de arbitrário cultural. Bourdieu se aproxima aqui de uma concepção antropológica de cultura. De acordo com essa concepção, nenhuma cultura pode ser objetivamente definida como superior a outra. Os valores que orientariam cada grupo social em suas atitudes e comportamentos seriam, por definição, arbitrários, não estariam fundamentados em nenhuma razão objetiva, universal³.

Apesar de arbitrários, esses valores, ou seja, a cultura de cada grupo - seriam vividos pelos indivíduos como os únicos possíveis, ou seja, como naturais. Para Bourdieu, o mesmo ocorreria no caso da escola. A cultura consagrada e transmitida pela instituição escolar não seria objetivamente superior a nenhuma outra. O valor que lhe é atribuído seria arbitrário, não estaria fundamentado em nenhuma verdade objetiva, inquestionável. Mas, apesar de arbitrária, a cultura escolar seria socialmente reconhecida como a cultura legítima, como a única universalmente

³ “A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária, na medida em que, a estrutura e as funções dessa cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna à natureza das coisas ou a uma natureza humana”. (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p.23).

válida.

Na perspectiva de Bourdieu, a conversão de um arbitrário cultural em cultura legítima só pode ser compreendida quando se considera a relação entre os vários arbitrários em disputa em determinada sociedade e as relações de forças entre os grupos ou classes sociais presentes nessa mesma sociedade. No caso das sociedades de classes, a capacidade de imposição e legitimação de um arbitrário cultural corresponderia à força da classe social que o sustenta. De modo geral, os valores arbitrários capazes de se impor como cultura legítima seriam aqueles sustentados pelas classes dominantes. Portanto, para o autor, a cultura escolar, socialmente legitimada, seria, basicamente, a cultura imposta como legítima pelas classes dominantes.

Bourdieu observa, no entanto, que a autoridade pedagógica, ou seja, a legitimidade de instituição escolar e da ação pedagógica que nela se exerce, só pode ser garantida na medida em que o caráter arbitrário e socialmente imposto da cultura escolar é ocultado. Apesar de arbitrária e socialmente arbitrária e socialmente vinculada a certa classe, a cultura escolar precisaria, para se legitimada, ser apresentada como uma cultura neutra⁴. Em poucas palavras, a autoridade alcançada por uma ação pedagógica, ou seja, a legitimidade conferida a essa ação a aos conteúdos que ela difunde seria proporcional à sua capacidade de se apresentar como não arbitrária e não vinculada a nenhuma classe social⁵.

Uma vez reconhecida como legítima, ou seja, como portadora de um discurso universal e socialmente neutro, a escola passa a poder, na perspectiva

⁴ Para o sociólogo francês, toda forma de hierarquia social retira sua legitimidade do fato de que a arbitrariedade que está na origem de sua constituição passa despercebida.

⁵ Bourdieu chama de “violência simbólica” o processo de imposição dissimulada de um arbitrário cultural.

bourdieusiana, exercer, livre de qualquer suspeita, suas funções de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Essas funções se realizariam, em primeiro lugar, paradoxalmente, por meio da equidade formal estabelecida pela escola entre todos os alunos. Tratando, formalmente, de modo igual, em direitos e deveres, quem é diferente, a escola privilegiaria, dissimuladamente, quem, por sua bagagem familiar, já é privilegiado.

Sob essa ótica, Bourdieu compreende a relação de comunicação pedagógica como uma relação formalmente igualitária, que reproduz e legitima, no entanto, desigualdades pré-existentes. O argumento do autor é o de que a comunicação pedagógica, assim como qualquer comunicação cultural, exige, para sua plena realização e aproveitamento, que os receptores dominem o código utilizado na produção dessa comunicação. Dito de outra forma, a rentabilidade de uma relação de comunicação pedagógica, ou seja, o grau em que ela é compreendida e assimilada pelos alunos, dependeria do grau em que os alunos dominam o código necessário à decifração dessa comunicação. Para Bourdieu, esse domínio variaria de acordo com a maior ou menor distância existente entre o arbitrário cultural apresentado pela escola como cultura legítima e a cultura familiar de origem dos alunos. Para os alunos das classes dominantes, a cultura escolar seria sua cultura “natal”, reelaborada e sistematizada. Para os demais, seria como uma cultura “estrangeira”.

Mais concretamente, Bourdieu observa que a comunicação pedagógica, tal como realizada tradicionalmente na escola, exige implicitamente, para o seu pleno aproveitamento, o domínio prévio de um conjunto de habilidades e referências culturais e lingüísticas que apenas os membros das classes mais cultivadas

possuiriam. Os professores transmitiriam sua mensagem igualmente a todos os alunos como se todos tivessem os mesmos instrumentos de decodificação. Esses instrumentos, no entanto, seriam possuídos apenas por aqueles que têm a cultura escolar como cultura familiar, e que já são, por si próprios, iniciados nos conteúdos e na linguagem utilizada no mundo escolar⁶.

O argumento central do sociólogo é, então, o de que, ao dissimular que sua cultura é a cultura das classes dominantes, a escola dissimula igualmente os efeitos que isso tem para o sucesso escolar das classes dominantes⁷. As diferenças nos resultados escolares dos alunos tenderiam a ser vistas como diferenças de capacidade enquanto que, na realidade, decorreriam da maior ou menor proximidade entre a cultura escolar e a cultura familiar do aluno. A escola cumpriria, assim, simultaneamente, sua função de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais. A reprodução seria garantida pelo simples fato de que os alunos que dominam, por sua origem, os códigos necessários à decodificação e assimilação da cultura escolar e que, em função disso, tenderiam a alcançar o êxito escolar, seriam aqueles pertencentes às classes dominantes. A legitimação das desigualdades sociais ocorreria, por sua vez, indiretamente, pela negação do privilegio cultural oferecido, de forma camuflada, aos filhos das classes dominantes.

O autor observa que o efeito de legitimação provocado pela ocultação das bases sociais do sucesso escolar é duplo: manifesta-se tanto sobre os filhos das camadas dominantes quanto os das camadas dominadas. Os primeiros, pelo fato de terem recebido sua herança cultural desde muito cedo e de modo difuso,

⁶ Bourdieu ressalva que as diferenças culturais entre os alunos das diversas classes sociais seriam menos evidentes nos níveis mais elevados do sistema de ensino.

⁷ Trata-se do fenômeno da “relação encoberta entre a aptidão escolar e a herança cultural”. (BOURDIEU, 1997, p. 39)

despercebido, insensível, teriam dificuldade de se reconhecer como “herdeiros”. Suas disposições e aptidões culturais e lingüísticas lhes pareceriam naturais ou, em outros termos, componentes – até certo ponto inatos – de sua própria personalidade. O segundo grupo, por outro lado, sendo incapaz de perceber o caráter arbitrário e impositivo da cultura escolar, tenderiam a atribuir suas dificuldades escolares a uma inferioridade que lhes seria inerente, definida em termos intelectuais ou morais.

Bourdieu ressalta que, em relação às camadas dominadas, o maior efeito da violência simbólica exercida pela escola não é a perda da cultura familiar e a inculcação de uma nova cultura exógena, mas o reconhecimento, por parte dos membros dessa camada, da superioridade e legitimidade da cultura dominante. Esse reconhecimento se traduziria numa desvalorização do saber e do saber-fazer tradicionais – por exemplo, da medicina, da arte e da linguagem populares, e mesmo do direito consuetudinário – em favor do saber e do saber-fazer socialmente legitimados.

Nesse ponto é bom lembrar que para Bourdieu as experiências primitivas dos indivíduos pesam com força desmesurada sobre as experiências ulteriores, marcando-as duravelmente. Assim, a relação de intimidade com as coisas da cultura e com a linguagem só atinge o seu grau máximo quando produzida pela ação pedagógica familiar, permanecendo de modo duradouro porque encarnada no sujeito na forma do *habitus*.

Essa naturalidade ou desenvoltura não seria encarada pela escola, no entanto, como algo socialmente herdado. Ao contrário, tenderia a ser interpretada como manifestação de uma facilidade inata, de uma vocação natural para as atividades intelectuais. Cumprir-se-ia, portanto, mais uma vez, as funções de

reprodução e legitimação atribuídas por Bourdieu à escola. A escola valorizaria um modo de relação com o saber e com a cultura que apenas os filhos das classes dominantes, dado o seu processo de socialização familiar, poderiam ostentar. Valorizar-se-ia uma desenvoltura intelectual, uma elegância verbal, uma familiaridade com a língua e com a cultura legítima, que, por definição, não poderiam ser adquiridos completamente pela aprendizagem escolar. Ao mesmo tempo, no entanto, nega-se que essas habilidades sejam fruto da socialização familiar diferenciada vivida pelos alunos e supõe-se que elas sejam produto de uma inteligência ou talento “naturais”⁸.

Em resumo, a grande contribuição de Bourdieu para a compreensão sociológica da escola foi a de ter ressaltado que essa instituição não é outra. Formalmente, a escola trataria a todos de modo igual, todos assistiriam às mesmas aulas, seriam submetidos às mesmas formas de avaliação, obedeceriam às mesmas regras e, portanto, supostamente, teriam as mesmas chances. Mas o autor mostra que, na verdade, as chances são desiguais. Alguns estariam em condições mais favoráveis do que outros para atender às exigências, muitas vezes, implícitas, da escola.

As diferentes condições culturais, bem como uma base desigual de preparo para a escola, constituem-se em diferentes resultados que o conhecimento trabalhado pela escola oferecerá aos alunos. Os jovens mato-grossenses, oriundos dos fluxos migratórios e que povoam o atual estado de Mato Grosso, igualmente se ressentem destas diferenças. As condições precárias de educação que caracterizaram (e talvez ainda caracterizem) a realidade educacional das zonas de

⁸ Para Bourdieu, a fonte dessa “ilusão carismática” reside no processo imperceptível e difuso de aprendizagem da cultura legítima proporcionado pela experiência familiar.

migração do estado, igualmente são responsáveis pelas diferenças culturais dos jovens filhos dos imigrantes. O intenso fluxo de imigração de Mato Grosso, que marcou as últimas décadas do século XX exigiu, com certeza, uma política educacional específica relacionada à demanda de jovens em busca de educação em todos os níveis que atendesse esta expectativa.

CAPÍTULO II

MATO GROSSO – SUA DINÂMICA DEMOGRÁFICA

2.1 MIGRAÇÃO PARA MATO GROSSO

Os dados sobre o crescimento populacional e o processo de urbanização de Mato Grosso não deixam dúvida quanto ao fato de que, nos anos 90, mais precisamente no segundo quinquênio da década de 80, o Estado passou por uma importante inflexão no seu crescimento demográfico, resultante das significativas transformações no seu processo de desenvolvimento econômico e estrutura produtiva, entre outros fatores.

O crescimento demográfico no Estado, que durante vários períodos registrou altas taxas – superior a 5% ao ano na década de 70 e alguns anos da década de 80 –, reduziu-se abruptamente nos anos 90, atingindo cerca de 2,4% a.a., embora ainda tenha sido bem superior à média nacional e ao desempenho de outros Estados do Centro-Oeste, em particular do Mato Grosso do Sul.

Ao mesmo tempo em que ocorria redução do crescimento demográfico, Mato Grosso também se urbanizava a passos largos. Nada menos que 80% de sua população vivia nas cidades; uma taxa alta mesmo considerando-se que o grau de urbanização do território mato-grossense possa estar superestimado, devido à forma como a informação é captada pelo IBGE, que tende a considerar "cidades" espaços

claramente sem as condições mínimas para tal. Vale lembrar, para efeitos deste estudo, que somente cerca de 20% da população de Mato Grosso ainda residia realmente nas zonas rurais.

Para um Estado que foi ocupado e colonizado com base em programas de assentamentos rurais, não é difícil perceber que existe uma aparente contradição: possui uma estrutura econômica nitidamente baseada na agropecuária, mas com pouquíssima população residindo nas zonas rurais, o que reflete as conseqüências do estilo de desenvolvimento adotado.

Assim, Mato Grosso caracteriza-se não apenas pela predominância de grandes latifúndios, mas também por uma produção primária baseada na monocultura e/ou pecuária extensiva. No primeiro caso, a produção agrícola é altamente tecnificada e, portanto, utiliza pouca mão-de-obra na realização destas atividades. Os dados apresentados a seguir demonstram vários aspectos evidenciados neste processo peculiar de desenvolvimento.

Tal redução das intensidades do crescimento demográfico espelha, em grande medida, o arrefecimento da migração. De fato, os dados censitários mostram que a imigração proveniente de outros estados reduziu-se em quase 23% entre as décadas de 80 e 90, embora ainda tenha atingido volumes superiores aos fluxos referentes aos anos 70. Contudo, o impacto destes fluxos migratórios sobre a população do Estado claramente vem perdendo força, uma vez que esta taxa diminuiu de 0,94% a.a. no primeiro período analisado para 0,58% a.a. nos anos 90, ou seja, para quase a metade do que ocorria há 20 anos.

Em termos dos fluxos migratórios mais significativos, ocorreu uma mudança significativa no perfil dos movimentos quanto à última residência dos migrantes. Enquanto no auge da ocupação as pessoas provenientes do Paraná representavam cerca de 35%, respondendo, juntamente com outras origens como Goiás (14%), São Paulo (13%) e Mato Grosso do Sul (11%), por quase 3/4 da imigração registrada, nos anos 90 o quadro modifica-se bastante. Percebe-se uma brusca redução na participação relativa do Paraná (19%), o que acaba permitindo um aumento naquela de outras origens, como é o caso de Rondônia.

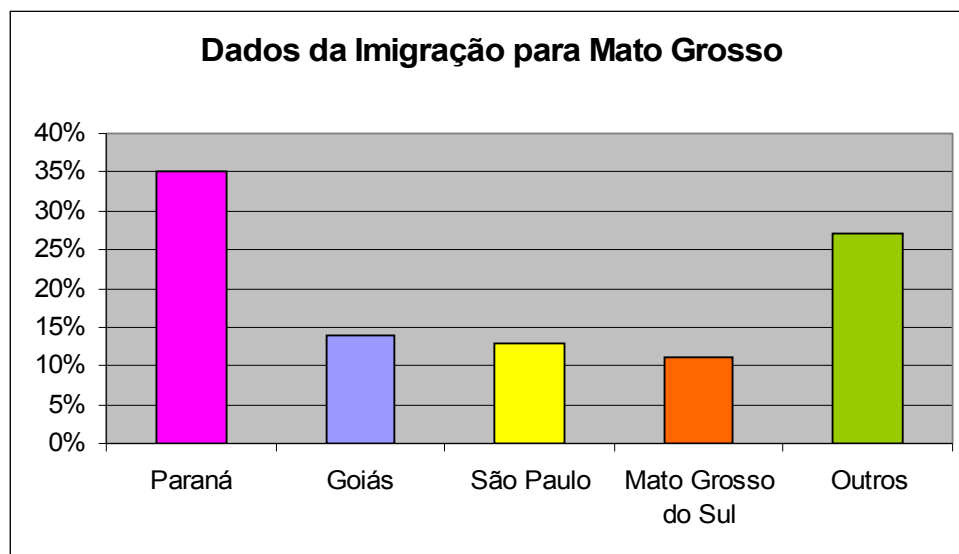


Figura 3: Imigração para Mato Grosso.

No entanto, em algumas áreas, como na microrregião de Colíder, os nordestinos ocupam também lugar de destaque nos anos 80, seduzidos principalmente pelo enriquecimento fácil que o garimpo prometia. Justamente foi essa microrregião a que recebeu maior volume de imigração entre as três áreas do norte de Mato Grosso. Esta situação mostra as diferenças existentes entre os vários

tipos de migração destinados para o Estado sendo, em geral, distintas as motivações e principalmente a natureza destes movimentos caso se trate de nordestinos ou de sulistas.

O arrefecimento de imigração, relacionado à indiscutível diminuição dos atrativos para os migrantes, especialmente para aqueles interessados na "promessa" das fronteiras agrícolas para se estabelecerem como pequenos proprietários e desenvolverem uma agricultura ou pecuária em base familiar, não foi o único fator demográfico responsável pela redução do crescimento populacional mato-grossense. Houve também intensificação da emigração para fora de Mato Grosso, a partir dos anos 80, registrando inclusive aumento absoluto na década de 90 da ordem de 100% se comparada à de 70.

De qualquer modo, é importante notar que a emigração praticamente estabilizou-se entre os anos 80 e 90 e, como consequência, sofreu uma redução de sua intensidade (0,39% a.a. e 0,34% a.a., respectivamente). Esta certa estabilização das perdas populacionais evidencia, por um lado, que o maior impacto das grandes transformações produtivas no Estado parece já ter ocorrido entre meados dos anos 80 e começo dos 90 e, por outro, a redução significativa de imigração já demonstrada anteriormente. De fato, à medida que passam a ingressar menos migrantes no Estado, seria natural esperar uma redução também do volume de saídas.

Além disso, outro elemento deve ser considerado ao se analisar a emigração de Mato Grosso: o retorno de muitos dos migrantes para suas zonas de origem, em particular durante a década de 90. Como se nota no total daqueles que deixaram o

Estado, mais de 54% retornaram para suas unidades da federação de nascimento, valor bem superior àquele observado na década anterior (pouco mais de 21%).

Tal fato permite considerar que esta emigração configura-se, na verdade, como um processo não de expulsão destes migrantes de Mato Grosso, mas sim de retorno à origem, decorrente da constatação das dificuldades de fixação e/ou insucessos, favorecidos pela interação de diversos elementos, tais como: inexistência de terras adequadas em função do alto grau de concentração fundiária; políticas pouco eficazes de assentamentos; falta de alternativas produtivas que permitissem a reprodução social etc.

No entanto, percebe-se que, nos anos 80, a baixa taxa de retorno atingia não apenas os sulistas, que tradicionalmente quase não retornam, mas todos os demais migrantes, independentemente da procedência, inclusive os próprios nordestinos. Este fato conduz à avaliação da hipótese de que, naquele período, a abertura de outras fronteiras ainda era uma realidade, o que permitia aos migrantes a busca de outras possibilidades antes da volta para os Estados de origem. Esta hipótese é fortalecida quando se observa que, nos anos 90, até mesmo os sulistas apresentaram volume e proporção significativos de migrantes retornados.

As características migratórias de Mato Grosso podem ser mais bem percebidas e interpretadas a partir da desagregação da análise em termos regionais, tendo em vista a heterogeneidade do território estadual, no que diz respeito tanto ao comportamento demográfico quanto às especificidades do processo de ocupação (aí incluindo os diferentes momentos históricos: transformações econômicas, estrutura fundiária, uso, ocupação, cobertura do solo etc.).

Até a década de 80, o Estado poderia ser dividido, grosso modo, em duas porções: o norte, compondo uma área de maior dinamismo demográfico nas duas últimas décadas; e o sul, formando uma área mais consolidada e com menores taxas de incremento demográfico. De fato, enquanto localidades no extremo norte, como Alta Floresta, Colíder e o Alto Teles Pires, cresceram a taxas elevadíssimas nos anos 80, nas regiões mais ao sul isso não ocorreu, com exceção de Cuiabá e Rondonópolis, que, mesmo nos anos 90, apresentavam algum "fôlego", crescendo a taxas superiores a 2% ao ano. Na verdade, nestes dois casos, trata-se de microrregiões onde se localizam importantes centros urbanos – as principais cidades do Estado –, que contam com maior diversificação econômica, sem considerar o fato de a primeira concentrar praticamente todo o aparato administrativo estadual como capital de Mato Grosso.

Já nos anos 90, observam-se até três situações diferentes: maior urbanização e dinamismo nas microrregiões de Cuiabá, Rondonópolis e Alto Pantanal, onde as atividades industriais e o setor de serviços são bastante desenvolvidos; um processo de ocupação um tanto diferente na região central do Estado – a maior parte do Cerrado –, abarcando as microrregiões de Parecis, Primavera do Leste, Alto Teles Pires e Canarana, com presença muito forte da soja – o principal produto agrícola –, aliada à cultura do algodão e do milho; e intenso ritmo de crescimento demográfico no norte do Estado (ou "nortão", como é conhecido), até o final da década de 80, devido à expansão da fronteira agrícola e, principalmente, à atividade garimpeira, em clara queda nos anos 90.

No chamado "nortão" do Estado, enquanto as regiões mais ao norte, como Alta Floresta e Colíder, reduziram drasticamente seu crescimento, na década de 90,

outras áreas da porção ocidental, como Parecis, Alto Guaporé, Alto Teles Pires e Aripuanã, ainda que em menor ritmo, mantiveram significativo dinamismo demográfico. O mesmo pode-se dizer de áreas no nordeste do Estado, em particular a microrregião do Norte Araguaia. Enquanto em Alta Floresta e Colíder a quase erradicação da atividade garimpeira explicaria boa parte do processo, nas outras áreas novos projetos de assentamentos (em particular em Aripuanã, ao noroeste, e Norte Araguaia, no nordeste) e, principalmente, a entrada da soja (nas demais regiões) poderiam ser os elementos que justificariam tal comportamento.

De fato, como mostram as várias regiões mencionadas anteriormente figuram entre aquelas que mais receberam este tipo de projeto, inclusive em termos do número de famílias envolvidas, como são os casos das microrregiões Norte Araguaia e Aripuanã.

Em termos de volumes migratórios apresentados por cada uma das microrregiões de Mato Grosso, as situações e momentos distintos pelos quais passaram estas áreas ao longo do período estudado. Enquanto as localidades mais urbanizadas e dinâmicas do Estado reduziram o volume de imigração interestadual, outras, como as do norte e noroeste do Estado, bem como aquelas com influência mais recente da soja registraram incremento do contingente de pessoas que lá chegaram.

Embora o Mato Grosso tenha se urbanizado em ritmo bastante intenso nas últimas décadas, particularmente em função das grandes transformações pelas quais passaram as suas áreas rurais, a migração com destino a estes locais ainda é significativa em várias regiões.

Por um lado, observa-se que, para o total do Estado, a migração com destino rural reduziu-se tanto em volume (de 128 mil em 1986/1991, para 51,8 mil em 1995/2000) quanto em porcentual (de 55% para menos de 21%). Por outro lado, microrregiões como Norte Araguaia, Alto Guaporé e Rosário Oeste, ainda nos anos 90, apresentaram 40% dos migrantes se dirigindo para suas áreas rurais. Não menos significativos foram os percentuais das micro-regiões do chamado "Nortão" – Aripuanã, Colíder e Alta Floresta –, que, no mesmo período, atingiram proporções em torno de 30%.

É bem verdade que, na última década, na esteira dos custos sociais desse padrão de desenvolvimento, que repercutiram na concentração de terras e significativa redução do emprego agrícola, as políticas públicas nacionais voltaram-se um pouco mais para a questão da Reforma Agrária, que, não obstante suas várias deficiências, tiveram como consequência um aumento do número de assentamentos no país.

Nota-se, por exemplo, o *boom* que o Estado de Mato Grosso teve neste período: segundo dados levantados junto ao Incra em Mato Grosso, enquanto no período 1986/91 foram criados em todo o Estado apenas 25 assentamentos, este número salta para 262 na década de 90.

2.2 EFEITOS NAS ÁREAS DE MIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO

A região Centro-Oeste e, particularmente, o Mato Grosso possuem uma economia com caráter essencialmente agrícola e urbanização crescente, mas ainda

com extensas áreas de matas e florestas. Estas características formam o retrato da sua diversidade demográfica e ambiental, que são capazes de explicar seu grande dinamismo econômico nos últimos anos.

Na década de 60, a Região Centro-Oeste iniciou um processo de modificação de sua estrutura produtiva, impulsionada pela ação estatal através dos programas de incentivo à modernização agropecuária e integração da região aos outros mercados, elementos que tiveram importantes conseqüências em sua dinâmica demográfica e no processo de redistribuição espacial da população.

Esta ação estatal explicita-se através da preocupação de integração nacional do regime militar, o que justifica os representativos investimentos em grandes projetos agropecuários. "Enquanto a sociedade brasileira era duramente reprimida pelos governos militares que sucederam no poder nesse período, o Araguaia, o Mato Grosso e a Amazônia foram invadidos pelos grandes grupos econômicos através dos projetos agropecuários".

Esta intervenção do governo foi realizada, principalmente, através do Prodoeste (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), efetivado pela ação da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), no qual muitos grupos empresariais beneficiaram-se em diversos aspectos do processo de ocupação da fronteira amazônica. Vale lembrar que vários projetos aprovados, alguns megalomaniacos, nunca efetivamente entraram em funcionamento, o que gerou uma série de escândalos pelo uso indevido de dinheiro público. Sugere-se ainda que a década de 70 foi fundamental para compreender a estrutura produtiva e a urbanização do Centro-Oeste, já que a região foi amplamente beneficiada pela

"marcha modernizadora do oeste", provocando um intenso direcionamento dos fluxos migratórios para áreas mais promissoras.

Posteriormente, ocorreu uma articulação entre Estado e detentores de representativos volumes de capital, realizando incentivos para que estes pequenos produtores se engajassem em projetos de colonização, característicos da década de 80, em substituição aos grandes projetos agropecuários da década de 70.

Diante disto, pode-se observar que os anos 80 caracterizaram-se pela realização destes projetos de colonização, baseados em assentamentos de famílias em pequenas propriedades e executados por empresas públicas e privadas. Porém, estes projetos acabaram limitados e tiveram suas chances de sucesso reduzidas por diversos elementos, tais como: características qualitativas da terra; dificuldade de acesso ao crédito por parte dos pequenos agricultores; e condições de isolamento da maioria das áreas colonizadas (em particular no caso do norte de Mato Grosso). Neste contexto, a abertura dos grandes eixos rodoviários, especialmente a BR-163 Cuiabá-Santarém (1971-1976), foi um marco representativo da efetiva implantação dos projetos de colonização.

Como consequência desta "colonização acelerada", ocorreu a multiplicação de diversos novos municípios nas áreas de fronteira, como é o caso do norte de Mato Grosso, os quais sofrem até hoje com a ausência de infra-estrutura e serviços. São cidades pequenas, na maioria das vezes com população variando entre 20 e 50 mil habitantes, distantes geograficamente umas das outras.

Diante desta forma de ocupação populacional, surgiu um novo tipo de atividade agrícola, isto é, a agricultura altamente capitalizada e mecanizada, cuja

forma mais difundida em Mato Grosso é a cultura da soja. A soja chega a ser uma opção viável nos cerrados ou para recuperar áreas com pastagens, principalmente quando se considera a melhoria genética das sementes, conseguida através de pesquisas financiadas pela iniciativa privada com apoio estatal, apresentando assim efeitos positivos. No entanto, teme-se pelo aumento do desmatamento que esta cultura pode gerar se avançar muito ao norte do Estado, aumentando, portanto, a tendência à destruição do meio ambiente.

Outra atividade econômica importante nestas áreas de fronteira é a pecuária, que vem penetrando cada vez mais nas áreas florestais. Este aspecto mostra como o capital financeiro tem investido na constituição de uma forte economia agropastoril no Estado de Mato Grosso (o 4º rebanho nacional). Além disso, existem ainda outros aspectos que devem ser considerados quando se pretende compreender o processo de ocupação de Mato Grosso: a questão indígena, o meio ambiente e a prática do garimpo.

Embora tais questões não sejam tratadas nesta pesquisa, não se pode negar a existência, no Estado, de diversos problemas inerentes a elas, como, por exemplo, o desrespeito às terras indígenas, a devastação ambiental e o efeito predatório dos garimpos. Estes aspectos constituem elementos importantes que estão relacionados ao processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola no Estado do Mato Grosso.

Estas características do processo de ocupação territorial, aliadas à expansão do modelo agrário convencional, foram extremamente prejudiciais para o produtor familiar e causaram ainda fortes impactos sócio-ambientais, como mostram os dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais): até agosto de 1998,

10% das florestas já estavam desmatadas. Provavelmente a demanda por madeira é a grande responsável por essa situação crítica, já que Mato Grosso e Pará são os maiores produtores de madeira em tora do país. Além disso, depois da realização das queimadas, a pecuária acaba sendo a alternativa mais imediata para a valorização da terra.

Este cenário acaba gerando grandes focos de "tensão social" em territórios mato-grossenses. Todas estas características tiveram forte impacto no processo migratório experimentado pelo Estado de Mato Grosso, sendo que tais elementos exprimem-se tanto em termos das tendências do fenômeno ao longo do tempo, como no que tange ao perfil desta mobilidade populacional.

2.3 O RITMO DAS MIGRAÇÕES DO SUL PARA O CENTRO-OESTE

A tendência atual é de um incremento ainda maior dos movimentos migratórios tanto em direção intra como inter-regional e urbana. Segundo alguns autores, os motivos principais viriam do rápido crescimento da população no interior e da polarização do desenvolvimento em áreas relativamente restritas. Há outras razões que explicam os grandes fluxos migratórios que perpassam o país, tais como a mecanização da lavoura e a expansão do setor industrial nas áreas urbanas. Segundo Itamar de Souza, "em 1940, cerca de 3,4 milhões de brasileiros (8,5%) não se encontravam mais nos seus Estados de nascimento; em 1950, o total dessa população migrante chegava aos 5,2 milhões (10,2%); em 1960 a população migrante totalizava 12,5 milhões (18,2%)". (SOUZA, 1980, p. 10.)

Ainda segundo Souza, o censo de 1970 constatava que cerca de 30 milhões de brasileiros residiam em municípios diferentes dos de seu nascimento”⁹. Atualmente calcula-se em torno de 40 milhões o número de brasileiros residentes fora de seus locais de nascimento.

Por outro lado, na década de 1970 o crescimento da população brasileira decaiu de 2,8 para a 2,2 % em média. Quais seriam as custas para tal queda súbita e de certa maneira imprevista? Otávio G. Velho vê esse quadro como resultante da mudança de hábitos tradicionais e de padrões de comportamento da população em função do atual desenvolvimento econômico do país. “Há alguns anos”, comenta Velho, “o aumento da mão-de-obra familiar; hoje, porém, na medida em que a terra diminui e as condições de sobrevivência se tornam extremamente desfavoráveis, o próprio interesse em ter mais filhos vai desaparecendo”. (VELHO, 1972, p. 63.)

Os demógrafos e antropólogos apontam a fecundidade feminina em declínio e as pressões migratórias como sendo os elementos principais para explicar as baixas taxas de crescimento verificadas pelo censo de 80. Certamente, houve alterações significativas do quadro migratório brasileiro a partir de 1970. Entre elas, uma altíssima concentração urbana nas cidades médias, com surgimento de favelas e a abertura de novas frentes de atração da mão de obra rural.

Conforme Otávio Velho (1972), por detrás da ocupação de novas regiões está ocorrendo “uma espécie de revolução agrícola no país”. As décadas de 60 e 70 teriam sido para a agricultura o que a década de 50 representou para a indústria. Segundo Velho, “houve uma mudança muito violenta para a agricultura, sobretudo,

⁹ O autor demonstra que o processo migratório brasileiro como decorrência das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, contra a idéia de alguns estudiosos da realidade nacional que afirmam que o processo migratório seria consequência de um vago “instinto migratório”, é uma espécie de “mania ambulatória” herdada aos índios.

uma tendência que ainda não se completou; o acoplamento cada vez maior da população agrícola à indústria”. (VELHO, 1972, p.73)

Por detrás de tudo isso se vislumbra a necessidade que o atual modelo econômico tem de se expandir para se manter. Um analista do governo revelando as grandes mudanças ocorridas no país na década de 70 e analisando os resultados do censo de 80 procurou tirar conclusões políticas dos números do censo: “Essa corrente migratória, útil e oportuna socialmente porque evita o crescimento dos empregos marginais e do subemprego nas metrópoles, apresenta ainda como vantagem tornar rentáveis certas áreas remotas e vazias, mas traz a contrapartida de encargos sociais e econômicos, pela obrigação do governo de criar infraestrutura de transporte, comunicações etc.” (VELHO, 1972, p. 63.)

Conclui-se assim que “Ainda assim uma relação de custo-benefício, a tendência é promissora pela dispersão das concentrações contestadoras e pela geração de empregos mais barata”. Em nome da manutenção da ordem estabelecida chega o Estado a agilizar uma espécie de reforma agrária localizada em regiões “potencialmente explosivas” constituindo-se a Amazônia no pára-raios encarregado de desviar ou neutralizar os possíveis efeitos sociais negativos advindos de uma excessiva aglomeração humana nas antigas regiões do Nordeste e Centro-Sul do país. (VELHO, 1972, p.73.)

Se a migração não é novidade é, contudo, novidade a expulsão maciça de pequenos agricultores de uma região que até 1970 era a maior receptora de migrantes. Não é tanto a nova fronteira que atrai mais os estados e o Nordeste que expulsam, sendo que as novas fronteiras agrícolas são os estados em que predominam a agricultura. O fato deve-se à intensa migração rural.

Sabe-se que os movimentos migratórios em nosso país têm ocorrido sempre, orientados por determinados interesses econômicos, dependendo em geral do grau de dinamismo do sistema econômico e de conjunturas favoráveis no mercado internacional. Seria o atual fluxo migratório em direção ao Centro-Oeste e Norte do país.

2.4 BREVE HISTÓRICO SOBRE A COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

A ocupação do Estado de Mato Grosso, através da colonização dirigida, ocorreu a partir de 1978, por pressões de conflito social no Sul e pela disponibilidade de terras da União na região mato-grossense, às margens da rodovia federal BR – 163, onde foram implantados seis Projetos de Assentamento Conjunto - PAC.

Deve ser lembrado que a colonização esteve sempre presente na realidade mato-grossense no último século. Seu início data da necessidade de uma ocupação do território e fixação de fronteiras geográficas. Nos dias atuais, ela assume a função de propiciar, de fato, a expansão da fronteira agrícola do país. Mais especificamente, a partir de 1930, com a política de colonização de Getúlio Vargas, quando se criaram as chamadas “colônias nacionais” do programa “Marcha para o Oeste”, que começou a escalada da política colonizadora, iniciando-se assim uma nova fase econômica para o Estado de Mato Grosso. Nessa época, a pequena propriedade é encarada como prioritária na política de colonização em Mato Grosso, conforme mostra Alcir Lenharo:

A concentração de grandes propriedades de grupos estrangeiros nas fronteiras era motivo de preocupação. A Brasil Land tinha concentrado em Corumbá e Cáceres perto de 260 mil hectares; Fomento Argentino, por sua vez, acumulara 726.077ha em Porto Murtinho e a S.A. Barranco Branco, outros tantos 549.159ha, também no município de Corumbá. Em face da existência dessas grandes propriedades, o governo federal passou a negar, sistematicamente, a concessão de terras devolutas a requerentes que já fossem proprietários e a favorecer a instalação de pequenas propriedades na faixa fronteiriça de 150 km. Pequena propriedade era então sinônimo de defesa e segurança nacional. (in CASTRO, 2002, p. 60-61)

Em 1940, o Decreto-Lei nº 2009 refaz a organização dos núcleos colônias estabelecendo para empresas de colonização normas reguladoras para as relações entre empresas e colonos. Os pontos de destaque foram o fomento à pequena propriedade, os auxílios governamentais e a supervisão de órgãos técnicos até a emancipação dos núcleos bem como a assistência social às famílias ainda em débito com o governo. Em caso de morte, a dívida poderia ser dispensada, parcial ou integralmente. E, ao final, o direito de posse do colono à propriedade.

Um novo decreto, publicado neste mesmo ano, regulamentava os projetos de colonização dos estados e municípios, sujeitos à aprovação do governo central através do Conselho de Imigração de Colonização. Em 1943, com base nesta política, é criada a colônia agrícola nacional de Dourados, no sul do estado, a qual, além de marcar a expansão da atividade agrícola comercial do estado, até então pecuarista-extrativista, favoreceu grande fluxos migratórios.

Esta colônia, porém, só funcionou simbolicamente, servido como propaganda do Estado Novo, apresentando-a como colônia modelo. A implantação real da colônia atrasou-se consideravelmente, sendo que foi somente em 1948 que o governo federal demarcou a área e os limites para sua futura instalação.

Outro aspecto da política federal em ocupar o centro-oeste brasileiro foi a criação da Expedição Roncador/Xingu, em 1943, que: “Tinha como finalidade precípua alcançar Santarém, no Estado do Pará, penetrando pelo Brasil-Central e Amazônia, desbravando e colonizando regiões desconhecidas, passando por áreas jamais alcançadas”. (in CASTRO, 2002, p.61)

Foi neste mesmo ano que se criou a Fundação Brasil Central (FBC) que, desativada por duas vezes, só em 1967 foi realmente extinta, dando então lugar à Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste/SUDECO. Em Mato Grosso, a base da FBC - Fundação Brasil Central – foi instalada em Xavantina, às margens do rio das Mortes – rio Kuluene, e atingiu o Xingu. No “Vale dos Sonhos”, tentou-se a colonização através de pequenos núcleos que fracassou em seguida. A idéia era que a expedição Roncador/Xingu ocupasse grandes áreas do Araguaia e Xingu, e chegasse até Manaus. Esses núcleos seriam ponta-de-lança para a colonização. No entanto, essa parte do território também não correspondia à realidade, no que diz respeito aos “espaços vazios”. Havia na região 30 mil garimpeiros. Devido a esse fato e à exploração desmedida dos garimpeiros pelos “capangueiros”, a propriedade da terra já dava sinais de concentrações, o que agravava mais a miséria da população lá existente. Além desta situação, outro agravante era a questão das terras indígenas, que no caso dos xavantes deu lugar situações de violência e de conflito.

Assim a política de colonização implantada pelo governo federal, principalmente em Mato Grosso, não logrou o sucesso desejado. Para o governo o colono assentado não era aquele esperado, ou seja, o pequeno proprietário familiar que produziria para o mercado interno, tendo, porém, mentalidade empresarial. Da

mesma forma, o colono, o pequeno produtor da unidade familiar, não tinha apoio concreto pela sua já antiga luta pela sua terra – trabalho. Desta forma, como era de se esperar, as décadas seguintes marcaram importantes mudanças na política de colonização.

Foi a partir de 1950 que houve uma redefinição da política de ocupação e colonização de Mato Grosso visando à incorporação da fronteira agrícola da região à economia nacional. Ao mesmo tempo em que se pretendia absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras procurava-se ocupar terras através da colonização privada. Decidiram então os governantes que parte das terras seriam destinadas à colonização pública e outra parte à colonização privada.

Nas décadas de 50 e 60 foram, parcialmente, implantadas 29 colônias oficiais que ocuparam 400.668 ha, área que correspondia a 0,32% da superfície do antigo Estado de Mato Grosso. Com exceção da colônia Rio Branco, cuja área é de 200.000 ha, as demais eram formadas por glebas inferiores a 500 ha (75% das colônias) ou então inferiores a 1.000 ha (25% delas). Os lotes variavam entre 10 e 15ha. Desta forma foram divididas 8.739 parcelas, que receberam 68.920 moradores.

A colonização oficial não conseguiu, na prática, acompanhar o volume e a pressão dos fluxos migratórios, nem a demanda de terra necessária pela colonização não dirigida. Os projetos oficiais não atenderam sequer às exigências mínimas relativas à infra-estrutura. A falta de estradas de acesso às áreas de colonização e circulação internas nos projetos, a quase total ausência de escolas e hospitais, a falta de assistência técnica aos colonos e a ausência de linhas de créditos foram fatores fundamentais que desacreditaram o programa, se entendido

como busca de soluções aos problemas de parceiros.

A precariedade de condições de vida e de trabalho destes colonos são facilmente observadas pelas dificuldades que encontravam para extrair da terra produtos de subsistência e reprodução necessárias à família. Diante da relativa facilidade para a aquisição de novos lotes em outros núcleos de colonização, bem como para devolver ao estado as parcelas adquiridas, sentiam-se estimulados à emigração para centros urbanos ou para novos projetos. Esta tese é facilmente comprovada quando se sabe que os primeiros colonos de Dourados foram os de Rondonópolis e que alguns deles desbravaram as glebas das regiões de Cáceres, enquanto outros seguiram para Rondônia e para o Acre.

A colonização particular ou privada, no estado de Mato Grosso adquire maior expansão na década de 50, quando foram realizados contratos em áreas médias de 200.000 ha. Mesmo assim a tentativa não teve êxito, pois, mesmo tendo adquirido terras tituladas em condições especiais, as concessionárias não cumpriram os compromissos assumidos, que consistiam em executar a infra-estrutura social e econômica prevista em contrato.

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, registra que a Rio Ferro, a Conomali, a Capem, a Codeara, a Companhia de Terras Sul do Brasil e a Continental foram concessionárias que cumpriram os contratos.

Também foram muitas as irregularidades ocorridas na política de venda de terras a particulares, iniciada também na década de 50. Os documentos de propriedade da terra que eram fornecidos diretamente pelo governo através de seus órgãos credenciados, não correspondiam às exigências legais. Em consequência, a

transação imobiliária se dava sem as bases materiais necessárias e previstas em lei. De acordo com o Diagnóstico geral da situação fundiária do estado de Mato Grosso, datado de 1979:

A falta de discriminação das terras do estado, a inexistência de cartas geográficas descritas... pelas quais pudesse o estado reconhecer suas terras, a falta de preparo e atualização permanente de plantas cadastrais das terras tituladas e pertencentes a particulares, a fim de controlar as vendas, bem como a falta de idoneidade dos profissionais que procederam às demarcações de áreas sem ser afastarem de seus escritórios, contribuíram para que o estado expedisse títulos de terras inexistentes. (CASTRO, 2002, p. 63-64)

Conseqüentemente, nas condições acima apontadas, através da operação de vendas de terras, foram fornecidos títulos de propriedades que definiram a área total do imóvel, mas que não estabeleciam seus limites reais. Ocorreram situações de remontagem de títulos em que foram expedidos os documentos sem que existissem as áreas. Em outros casos, a área ocupada é maior que a área titulada. O Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT – reconhece não possuir o controle dos títulos que foram expedidos pelos estados.

A situação apontada, *sui generis* desde o princípio, reforçou o processo tumultuado de ocupação do meio rural mato-grossense, oferecendo margem à especulação, à fraude.

O processo facilitou a aquisição de desleal de terras por uma mesma família, as quais adquiriam grandes extensões de terra, em nome de familiares e até mesmo de desconhecidos, mediante contrato propriamente firmado que assegurava o direito ao título àqueles que nem mesmo figuravam nos contratos de compra e venda de imóvel. Desta forma, em inúmeros e imensos latifúndios, a lei que limitavam

extensão das terras adquiridas, foi sendo burlada. Em 1966, o governo tomou uma atitude diante do volume de irregularidades, da perda total do controle da situação, das fraudes ostensivas nas transações imobiliárias: o governo do estado decidiu fechar o Departamento de Terras e Colonização. Neste período marcado pelo fechamento deste Departamento, até 1979, quando começa a funcionar o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), vinculado à Secretaria da Justiça, o controle das vendas esteve sob a guarda dos Cartórios de fé pública.

Mesmo assim os negócios ilícitos de terra se acentuam sob a tutela dos Cartórios. Tornou-se ainda mais fácil burlar a lei e se tornou incontável a partir da venda de Títulos Provisórios, das posses lícitas e ilícitas, e, principalmente através de procurações que estabelecem e substabelecem direitos para a venda de terras de terceiros.

Foi neste mesmo período, quando o Governo Estadual, fechava em 1966, o Departamento de Terras, o Governo Federal abria a Amazônia e o Centro-Oeste para os grandes projetos, para os incentivos e subsídios fiscais. Foi a partir desta década que as tentativas de integrar a Amazônia à economia nacional assumem definição e relevância.

Até meados dessa década (1960) a meta prioritária das políticas de desenvolvimento das regiões Amazônicas estava voltada para a recuperação da atividade extrativa da borracha. Porém estas políticas recebiam cada vez menos apoio por parte dos interesses do Centro-Sul, pois a indústria nacional passava a importar a borracha a preços mais favoráveis do a que era produzida internamente. Mesmo fadadas ao insucesso, as políticas de extrativismo local criaram instituições e mecanismos úteis para os posteriores planos de desenvolvimento da Amazônia e

se constituíram nas bases nas quais se assentavam as políticas pós-1964.

Neste período o governo Castelo Branco determinará uma mudança radical na política de desenvolvimento da Amazônia. O Mal. Castelo Branco propôs para a região, em seu discurso “A Indústria Brasileira e a Amazônia”, na Confederação Nacional da Indústria, em dezembro de 1969:

... a primeira preocupação do País em relação à Amazônia Brasileira, nela incluídas as vastidões do Planalto Central, tende ser a de povoá-la racionalmente. É, portanto, fundamental ao interesse superior e permanente da nação, conduzir as correntes migratórias internas, tanto a que historicamente promana do Nordeste, quanto a que tem origem no Centro-Sul, no sentido de assegurar a conquista gradual, progressiva e planificada de seus espaços vazios. Pois daí advirá a expansão e interligação da região com o resto do país... Faltou, porém às administrações anteriores, uma política, um plano de ação e os meios e mecanismos indispensáveis para dar realidade aos propósitos e intenções.

... SUDAM e BASA constituem os organismos executores básicos deste propósito, o qual se baseia em uma aliança entre o governo e a iniciativa privada. (CASTRO, 2002, p. 65)

A reformulação da legislação dos incentivos fiscais foi o mais importante instrumento utilizado para o desenvolvimento regional. O plano de desenvolvimento que resultou desta nova fase mostra como característica a extensão da associação entre o Estado e o capital nacional e estrangeiro, que passou a receber os mesmos incentivos oferecidos ao nacional. Houve profunda modificação dos papéis do Estado e do capital privado: anteriormente a associação era de caráter complementar cabendo, tanto ao Estado quanto à iniciativa privada, a condução das atividades econômicas. No plano de 1966, cabe ao Estado promover o investimento em infra-estrutura, pesquisa e planejamento para facilitar a atuação do capital privado.

Mesmo com a nítida preponderância da atividade estatal na região, como criadora de infra-estrutura, foi à iniciativa privada que coube a condução concreta do processo de ocupação, realizada através da implantação da grande empresa. Foi a prioridade dada a estes empresários na concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento da pecuária que definiu o processo de ocupação da região.

O ano de 1970 introduz uma importante modificação nas propostas de desenvolvimento da Amazônia. Apesar da permanência dos objetivos de atrair os empreendimentos privados para região, a atenção do governo federal procurará dar uma conotação social à política de ocupação da Amazônia. Este cunho social torna-se evidente através da canalização para a região dos excedentes populacionais que seriam assentados ao longo das estradas federais abertas nas Amazônia.

Desta forma, a década de 70 é marcada por grandes investimentos na construção de estradas, incrementos à colonização agrícola, aperfeiçoamento do sistema de incentivos fiscais. A frente agrícola é deslocada para o eixo das estradas Cuiabá – Santarém, Cuiabá – Porto Velho, Porto Velho - Manaus, facilitado pela liberação por parte do estado da faixa de terra de 100 km em ambas as margens das rodovias federais. O principal instrumento para a ocupação foi o programa de colonização dirigida, que se propunha assentar um milhão de famílias na Amazônia até o ano de 1980.

Em meados de 1973, o Ministério do Planejamento propõe-se desativar a colonização atendendo aos interesses dos empresários da Amazônia, conforme se observa no discurso do então Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso:

Até aqui a Transamazônica deu ênfase à colonização, mas a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, com um conseqüente processo de desmatamento, e de promovermos a manutenção do equilíbrio ecológico, nos leva a convidar as grandes empresas a assumirem a tarefa de desenvolver esta região. (CASTRO, 2002, p. 66)

O quase total insucesso do programa de colonização dirigida na Amazônia serve então de justificativa para uma nova estratégia de ocupação da região, através de grandes empresas, em detrimento da pequena produção.

2.5 A COLONIZAÇÃO PRIVADA NO NORTE DE MATO GROSSO

Alta Floresta – Foi fundada em 1976, fruto do trabalho de sulistas que edificaram um povoado próspero e planejado, que levou as fronteiras agrícolas do estado aos pontos mais distantes na selva. A ocupação efetiva e duradoura da região de Alta Floresta veio com os programas modernos de colonização. O Governo Federal favoreceu eficazmente a ocupação da Amazônia mato-grossense. Com a colonização da região norte de Mato Grosso, a parte então pouco habitada e pouco conhecida das proximidades do Amazonas e Pará passou a ser denominada de Nortão.

Não há maiores informações de garimpo na região nesses primeiros anos de tomada de posse moderna da terra, mas certamente faiscadores das cercanias cuiabanas. Não se tem, no entanto, notícias de um movimento de maior. Sabe-se que o seringalista Renato Spinelli chegara à região de Peixoto de Azevedo para a

extração de borracha, que era levada a Rio Novo, pela empresa Erion, dos Irmãos Spinelli. Mas Alta Floresta teria por idealizador uma responsabilidade individualizada, afeita ao trabalho de formar cidades: Ariosto da Riva. Este verdadeiro bandeirante enfrentou a colonização de Alta Floresta após o processo de Naviraí, Caarapó, Glória de Dourados e Suiá Missu.

O ponto de solução dos problemas colonizadores para Ariosto da Riva era a experiência, a presença na colonização. Inicialmente Ariosto adquiriu quatrocentos mil hectares de terras de uma empresa do Rio de Janeiro, em sítio vizinho ao da futura cidade de Alta Floresta. Ariosto da Riva teve idéias de se emparelhar com outros colonizadores, aproveitando-se das vantagens que o governo oferecia. Quanto ao projeto de colonização, dizia ele:

"...a minha idéia era estabelecer uma comunidade de fazendeiros cujas colheitas pudessem ser beneficiadas na própria região, criando empregos e riqueza no coração da Amazônia; mas eu sabia que tinha que fornecer a infra-estrutura necessária para que essa comunidade pudesse realmente florescer". (CASTRO, 2002, 76)

Com ativos da família da Riva, Ariosto fundou a INDECO – Integração, Desenvolvimento e Colonização, com 12 milhões de dólares e mais um fundo de manejo de 5 milhões. O Banco do Brasil e alguns bancos privados concederam empréstimos substanciais a juros baixos e redução de taxa sobre os lucros da INDECO. Na época, esse benefício era concedido a qualquer projeto de colonização na Amazônia. Ariosto via colonos acorrerem à Bacia Amazônica pelas estradas de Mato Grosso, Pará, Amazonas e Rondônia.

Via que povoados, a maioria instalados em terras distribuídas pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, patrocinado pelo governo, mal começavam, logo paralisavam por falta de apoio técnico e por falta de estradas secundárias para o abastecimento e transporte da safra. Faltava a infra-estrutura básica: escolas, hospitais, serrarias, armazéns, oficinas etc. Por outro lado, Ariosto encontrava diante de si um enigma: a natureza da Amazônia, uma terra considerada distante e terrível. Terra de novidades, não só para o entender do povo simples, mas também nas áreas técnicas e científicas. Mas com as primeiras experiências realizadas, avançou para a Amazônia. Em 1973, a rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163) partia de Cuiabá em direção ao seu ponto final, Santarém, no Pará. Eram 1.700 Km. O 9º BEC chegara ao Km 642, possibilitando à INDECO, a partir daí, construir sua própria estrada de 147 km em direção a oeste, em busca da futura sede da colonização, que seria denominada Alta Floresta. A meio caminho, entre o km 642 da BR 163 e a futura Alta Floresta, junto ao Rio Teles Pires, construiu uma serraria, a fim de produzir madeira para a construção de um barco. Do outro lado do rio, abriram-se na selva cinco pistas de pouso para aeronaves. A abertura da estrada marchava lenta, enfrentando gigantescas árvores de angelim, mogno, castanha-do-pará etc.

A estação da chuva de seis meses impedia o trabalho. Só em maio de 1976, três anos após o início da abertura, a estrada chegava a desmatar a primeira clareira de Alta floresta. Ariosto da Riva participou vitorioso de uma licitação de compra de terras do estado de Mato Grosso. As terras eram vendidas a preço irrisório. Ariosto adquiriu quatrocentos mil hectares para colonização imediata. Naquele tempo, David Nasser – jornalista, cronista, escritor, poeta e compositor – apelidou Ariosto da Riva de "O Último Bandeirante", denominação sugestiva, pois as terras adquiridas

embicavam mais ao norte do Estado.

O desbravador trazia também novidades em colonização, com a idéia de aproveitar, já no primeiro ano de abertura, uma renda provinda da coleta de frutos naturais da Amazônia, quando normalmente as colonizações passavam por períodos de assentamento e de despesas, antes de começar a produzir. Assim Antônio César Soares da Silva dizia que Alta Floresta veio a ser um estopim de um novo Norte do Paraná.

Como empresa de caráter pessoal, a última palavra em tudo era do chefe. Mas, pela prática de colonizações, Ariosto da Riva se fazia assessorar por pessoas afeitas a serviços de emergência e de imprevistos. A inovação dada por Ariosto da Riva provinha de um projeto duplo e ao mesmo tempo inovador: colonizar a Amazônia e pesquisá-la como uma Esfinge, desde o primeiro dia. Para o êxito da colonização, eram necessários conhecimentos cabais da natureza local, a fim de lhe tirar o máximo de proveito.

Enquanto abria passo para o estabelecimento da infra-estrutura, abria também canteiros de pesquisas agrícolas. Com a chegada dos primeiros trabalhadores da INDECO, aconteceu a 28 de janeiro de 1976 o primeiro nascimento na região de Alta Floresta, uma menina, filha do operador de máquinas Alfredo Conceição – o Ceará, e dona Divaneide. Neste mesmo ano, às 14h e 50min, do dia 19 de maio, Antônio Nunes Severo Gomes, após atravessar o Rio Teles Pires no barco do baiano Benedito Vieira da Silva, assentou o teodolito num ponto, marcando o começo de Alta Floresta. Devido ao fato, 19 de maio é o dia em que se comemora o aniversário do município.

Sinop – As origens do município de Sinop vêm do Núcleo de Colonização Celeste, de Jorge Martins Phillip, com área inicial de 198 mil hectares de terras destinadas à colonização. Em 1971, Ênio Pipino, que representava a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná - SINOP, adquiriu as terras de Phillip.

Ênio trazia consigo a experiência da formação de 18 cidades no Paraná e montou uma estrutura mista de colonização: atividade agropecuária e indústria de transformação. A estrutura agropecuária constava de secções: Vera, Sinop (Gleba Celeste), Santa Carmem e Cláudia. Cada uma delas teria um centro populacional. Em volta do centro, a curta distância, chácaras. Mais ao longe, lotes rurais. A estrutura industrial teria a sede em Sinop.

Quatrocentos homens, tendo à frente o topógrafo Benedito Spadoni e o gerente geral da empresa, Ulrich Grabert, abriram a picada para chegar ao lugar de destino. Sinop foi fundada a 14 de setembro de 1974. O nome adotado foi o da sigla da firma: SINOP - Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. O maior contingente de migrantes ocorreu em 1975.

Ênio Pipino enveredou para a produção de álcool, a partir da mandioca, importando técnica de uma Universidade da Suécia. Tornou-se uma novidade na América Latina. No entanto, a cultura da mandioca não rendeu o esperado devido à grande quantidade de água no solo arenoso e nivelado. Por isto a usina de álcool não prosperou.

O distrito de Sinop foi criado em 1976 e o município em 17 de dezembro de 1979 através da Lei Estadual nº 4.156.

O colonizador Ênio Pipino tinha por hábito dar nomes femininos às suas colonizações em Mato Grosso. A única exceção foi Sinop. No entanto, em Sinop, se não o fez no termo toponímico, Ênio Pipino homenageou as mulheres ao nominar os bairros rurais do município: Angélica, Eunice, Mônica e Lídia.

2.6 A OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO

Apesar de, historicamente, terem pertencido à Espanha, a partir do Tratado de Tordesilhas as terras hoje pertencentes ao Estado do Mato Grosso foram pouco exploradas pelos espanhóis que preferiram, durante o século XVI, XVII e XVIII, se fixar no extremo Ocidente Sul-americano, onde haviam encontrado grande quantidade de prata (Gomes, 2001, p. 2). Esse desinteresse pelo Planalto Central foi motivado, por um lado, pela abundância de metais preciosos na porção ocidental e por outro lado pela presença de grandes contingentes indígenas que, acossados pelos portugueses que penetravam no Brasil Central, de Leste para Oeste, formavam uma grande fronteira viva entre os dois impérios (Siqueira, 2002, p. 27).

Inicialmente o interesse dos bandeirantes paulistas que adentraram na região era exatamente a captura desses índios, mercadoria abundante na região, para sua posterior comercialização nos mercados de São Paulo. Ocorre que, em 1719, membros da expedição de Pascoal Moreira Cabral, ao descobrirem algumas pepitas de ouro nas denominadas Minas de Cuiabá, pertencentes na época à Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, iniciaram o ciclo de exploração das minas no território

mato-grossense.

Posteriormente, a grande divulgação da descoberta das "Lavras do Sutil", em 1722, efetuada pela bandeira de Miguel Sutil, que aportara em Cuiabá com o objetivo de se dedicar à agricultura, fez com que a migração oriunda de todas as partes da colônia se tornasse muito intensa, fato que tornaria Cuiabá, no período de 1722 a 1726, uma das cidades mais populosas do país.

A ocupação do território, que fora iniciada no século XVIII na porção Sul do Estado, em decorrência das descobertas e do desenvolvimento das atividades de mineração de ouro e diamante, durante o século XIX instalou-se, preferencialmente, nas áreas do Pantanal Mato-grossense e nas Depressões do Alto Paraguai, baixada Cuiabana e Guaporé, regiões no Domínio do Cerrado com presença expressiva da Floresta Estacional e de ambientes transacionais. (SEPLAN-MT, 2002)

Embora existam significativas discrepâncias relacionadas às datas de criação dos municípios mais antigos, foi no período que se estende pelos séculos XVIII e XIX, que ocorreu a criação de povoados como Cuiabá (1719), Vila Bela da Santíssima Trindade (1737), Diamantino (1728), Cáceres (1778) e Poconé (1778). Além do garimpo, a exploração da poaia (*Cephaëlis ipecacuanha* A.Rich), planta possuidora de propriedades eméticas, que ocorria em ambientes da Floresta Estacional, entre os rios Paraguai e Guaporé, propiciou o desenvolvimento de Cáceres, além de condicionar o surgimento de Barra do Bugres, às margens do Rio Paraguai. (SEPLAN-MT, 2002: 33)

No início do século XX a ocupação estendeu-se progressivamente para Leste, no sentido da Bacia do Araguaia e das rotas de ligação entre as regiões meridionais

e setentrionais do país. Nesta área a ocupação também ocorreu em função da atividade de mineração, criando núcleos para o suprimento de bens de consumo para a população atraída por esta atividade.

A primeira metade do século XX é marcada pelas descobertas de jazidas diamantíferas na porção Sudeste do Estado, no vale dos rios Araguaia, Garças e São Lourenço, dando início ao processo de povoamento desta região, com a criação dos núcleos que originaram as atuais cidades de Alto Araguaia, Barra do Garças, Araguaiana, Pontal do Araguaia, Tesouro, Guiratinga, Alto Garças, Poxoréo, Dom Aquino e Itiquira. Simultaneamente, expande-se também a ocupação na região de Alto Paraguai e Diamantino, pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias nesta região e no entorno de Cuiabá, com ênfase para o cultivo da cana-de-açúcar.

Expedições exploratórias e científicas, como a Expedição Roncador-Xingu e a Expedição Rondon, que implantou a linha telegráfica, induziram a criação de diversos núcleos urbanos como Rondonópolis, General Carneiro, Acorizal, Porto Esperidião e foram importantes no processo de ampliação da ocupação do território mato-grossense.

Nessa época, os principais eixos de penetração correspondiam ao interflúvio entre o Rio Araguaia e o Rio Xingu, na região de São Félix do Araguaia e Cocalinho, ao Vale do Guaporé e às regiões mineradoras de Diamantino e Alto Paraguai.

Entre os anos 50 e 70, iniciam-se ações dirigidas de colonização, promovidas pelo governo estadual, dando início a um povoamento mais extensivo do território. Entretanto, é apenas a partir das décadas de 70 e 80, em função das políticas de integração nacional, implementadas pelo Governo Federal com o objetivo de anexar

os grandes vazios demográficos ao processo produtivo brasileiro, que ocorre a ampliação e a incorporação das terras de Mato Grosso às atividades produtivas.

Neste período o processo de incorporação do território mato-grossense foi mais intenso, salientando-se o papel decisivo que desempenharam a abertura de rodovias e a implantação de núcleos de colonização. A grande maioria dos municípios surgidos a partir da década de 70 teve sua origem em projetos de colonização privados ou governamentais, sobretudo na porção Norte do Estado.

A melhoria das condições de acessibilidade propiciou a expansão das atividades de mineração, extração de madeira e a implantação da agropecuária. No contexto desse processo, ocorreu a consolidação das antigas cidades do Sul-Sudoeste e o surgimento de novos núcleos urbanos, principalmente na região Centro-Norte, com fluxos migratórios internos ao Estado de Mato Grosso, oriundos de outras regiões do país (SEPLAN-MT, 2002).

Simultaneamente, ocorre também a partir da década de 70 uma mudança radical nas atividades agrícolas motivada, sobretudo, pelo desenvolvimento das pesquisas de culturas agrícolas adaptadas aos solos de Cerrado e, em especial, à criação de cultivares de soja adaptados às condições climáticas do Estado. A cultura da soja e de outros grãos com moldes de manejo altamente mecanizados ocupa hoje grande parte do território da região de Rondonópolis e Primavera do Leste (Planaltos Taquari/Alto Araguaia e dos Guimarães), a Chapada e Planalto dos Parecis (Tangará da Serra, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Diamantino) e ao longo da rodovia BR-163 (Sorriso, Tapurah, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sinop), transformando radicalmente ambientes de Cerrado e de formações transacionais, avançando além dos limites dos domínios florestais.

Todo esse processo vai provocar um impacto profundo no que diz respeito aos aspectos demográficos, à economia, aos meios de comunicação bem como às ofertas de educação no estado, fundamentalmente a partir de sua divisão. É perceptível a expansão em todos os níveis no sistema de educação escolar, sendo este crescimento resultado deste intenso processo migratório.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO

A colonização do estado de Mato Grosso através da atuação dos imigrantes promoveu diversas mudanças. Para esta pesquisa vale ressaltar a necessidade que surgiu desta situação de ampliar significativamente a oferta educacional do estado. Esta ampliação realizou-se de forma quantitativa e qualitativa. Tanto que o poder público federal, estadual e municipal se viram na contingência de aumentar o número de escolas para atender à demanda resultante desta situação.

Esta pesquisa, visando estudar o processo migratório pós-divisão e sua influência na oferta de quantidade e qualidade educacional, traz dados significativos que mostram o crescimento do estado de Mato Grosso na área educacional no período pós-divisão.

3.1 A EDUCAÇÃO NO MATO GROSSO APÓS A DIVISÃO DO ESTADO

A educação é o estudo da evolução, do [ensino](#), da [instrução](#) e das [práticas pedagógicas](#) no [Brasil](#). Sendo vista como um processo sistematizado de transmissão de conhecimentos que evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. Esse processo educativo se expande por todos os Estados da Federação, em diversos níveis de ensino, o que será posteriormente demonstrado,

especialmente em relação ao Estado do Mato Grosso.

O Estado de Mato Grosso oferece educação em todos os níveis, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), e Ensino Superior, por meio da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), que é responsabilidade da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec) e pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

Além disso, a Seduc trabalha com as seguintes modalidades de ensino: Educação Especial, para alunos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE), Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos – EJA, Educação Ambiental, Educação Fiscal, Educação Profissional, Educação a Distância e Educação no Campo.

3.1.1 ESCOLAS

A escola pode se referir a uma instituição de ensino ou a uma [corrente de pensamento](#) com características padronizadas que formam certas áreas do conhecimento e da produção humana.

O Estado de Mato Grosso mantém cerca de 25% das escolas de ensino fundamental e mais de 72% das escolas de ensino médio.

A rede pública estadual de educação abrange: 141 municípios e 643 escolas, sendo 584 de Ensino Fundamental, 379 de Ensino Médio, 286 de Educação de Jovens e Adultos, 66 de Educação Especial, 22 de Educação Infantil, 01 de

Educação Profissional. Sua clientela é de 473.360 alunos, sendo 299.037 no Ensino Fundamental, 130.010 no Ensino Médio, 36.508 na Educação de Jovens e Adultos, 1.537 na Educação Especial, 1.651 na Educação Infantil, 688 na Educação Profissional. Os gráficos abaixo demonstram uma visualização melhor do assunto em apreço:

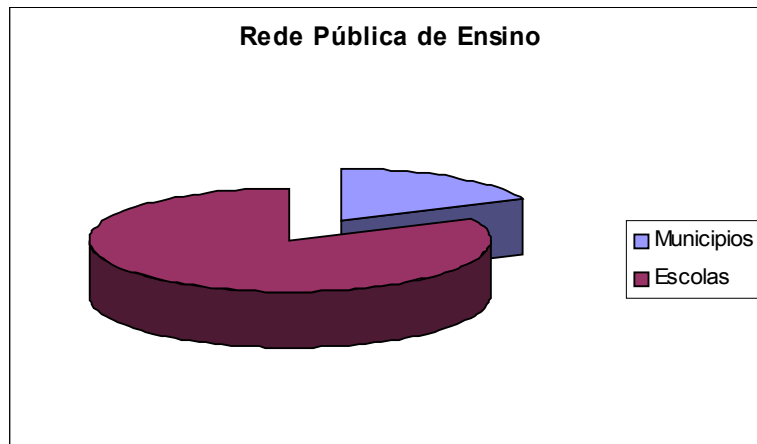


Figura 04 – Gráfico demonstrativo da Rede pública de Ensino no Estado de Mato Grosso.
Fonte: SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso.

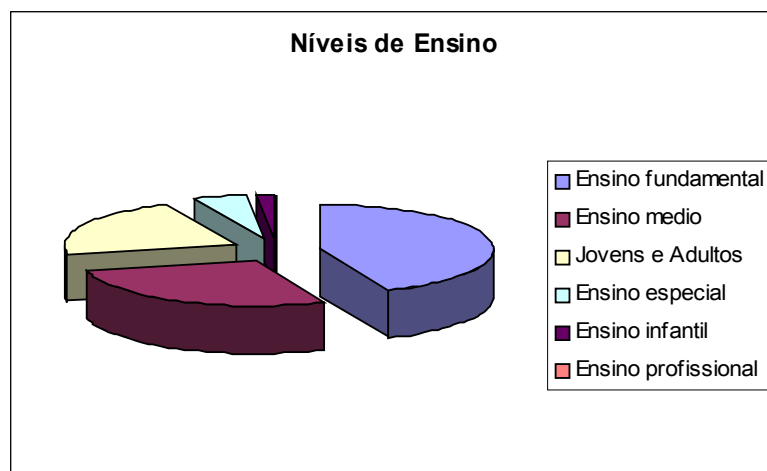


Figura 05 – Gráfico demonstrativo dos alunos do Estado de Mato Grosso distribuídos por níveis de ensino.
Fonte: SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso.

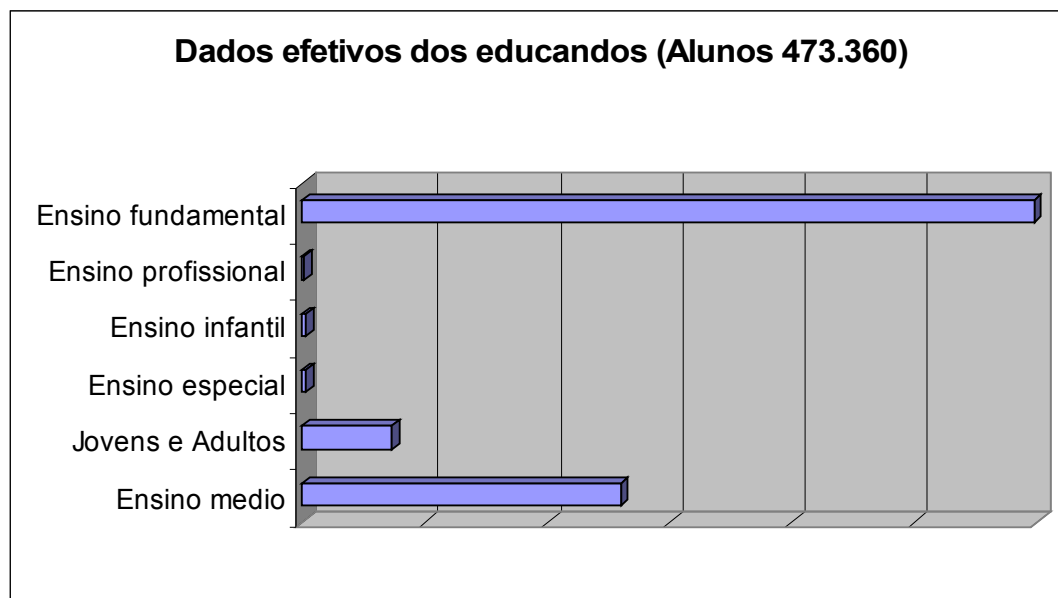


Figura 06 – Gráfico demonstrativo dos dados efetivos dos alunos.
 Fonte: SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso.

A educação estadual em Mato Grosso, conta com a parceria de 18.321 professores, 86 Assessorias Pedagógicas, onde trabalham 108 assessores, 13 Centros de Formação e Atualização de Professores (CEFAPRO), 7 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), 4 Centros de Atendimento e Apoio aos portadores de necessidades especiais. (Dados da Síntese do Censo Escolar 2006).

O crescimento do estado do Mato Grosso, o aumento de sua população jovem, resultou também no investimento em educação por parte de instituições privadas de ensino. Este crescimento efetivou-se tanto na educação infantil, quanto no ensino fundamental, médio e superior. Da mesma forma como ocorreram investimentos nesta área promovidos pelo poder público, o ensino particular também demonstrou significativo crescimento.

A participação da iniciativa privada na educação brasileira sempre foi expressiva. A taxa de crescimento das Instituições particulares de Ensino Superior foi amplamente superior às taxas de incremento das instituições Federais, Estaduais, Municipais e Comunitárias. A expressiva participação do ensino superior privado se torna incontestável.

Os problemas do rápido crescimento, entretanto, se fazem sentir mais acentuadamente na área de recursos humanos. Seguramente, um dos estrangulamentos do setor privado está na qualificação e regime de trabalho de seus docentes. Entretanto, iniciativas de abertura de centenas de cursos de especialização tentam suprir, ainda que temporariamente, a falta de mestres e doutores.

As conseqüências da falta de qualificação dos recursos humanos aparecem mais no desempenho do setor privado, na função de pesquisa. Deve-se, todavia, ter presente que, corrigido esse atraso, é de se esperar que o setor aumente significativamente sua participação nas iniciativas de produção de pesquisa. Sob este mesmo aspecto, o investimento no setor público é mais significativo, principalmente no que se refere à educação em nível superior.

Apesar do menor envolvimento do setor na produção de ciência e tecnologia, não se pode desprezar o importante papel, na área do ensino de graduação e de extensão, desenvolvido no interior do Brasil, onde as iniciativas particulares têm maior presença.

Da mesma forma como no ensino superior, é relevante o número de instituições educacionais de ensino privado que atuam na educação infantil, no

ensino fundamental e médio, tanto na capital quanto no interior. Grandes instituições educacionais tais como o Colégio Isaac Newton, Colégio Master, Colégio Salesiano Dom Bosco, Colégio Notre Dame de Lourdes, Colégio Sagrado Coração de Jesus, instituições educacionais confessionais e não confessionais e um sem número de instituições particulares de ensino se espalham pela capital e no interior, suprimindo há décadas o déficit educacional do estado. Muitas destas instituições particulares de ensino se mantêm no mercado há muitos anos, com grande número de alunos, o que comprova a qualidade e o nível de educação que oferecem.

A CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade –, instituição educacional comunitária na qual atuamos, está presente na educação no Mato Grosso desde 1949, quando Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ainda formavam um único estado. Nestes mais de 50 anos consolidou-se na área educacional, atuando em todos os níveis da educação, inclusive na formação profissional. Atualmente a CNEC estende seu trabalho no estado de Mato Grosso aos municípios de Alta Floresta, Brasnorte, Cáceres, Diamantino, Juruena, Juara, Nova Mutum, Rondonópolis, Sinop e Vila Rica, atuando na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e cursos profissionalizantes. No ensino superior a CNEC de Mato Grosso atua nos municípios de Sinop e Rondonópolis. É importante registrar que no estado de Mato Grosso do Sul, a CNEC atua somente nos municípios de Campo Grande e Rio Verde. Os dois estados formam uma única regional cuja sede é Cuiabá. A informação do número de municípios atendidos no estado é importante uma vez que registra os investimentos da CNEC no Estado de Mato Grosso, contribuindo de forma decisiva para a oferta de educação do estado, com vistas a atender à demanda.

O aumento de instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas nas últimas décadas é o retrato da procura por educação em Mato Grosso. Crianças e jovens buscam na educação oferecida neste estado uma forma de desenvolvimento amplo do ser humano, do qual a formação escolar em todos os níveis é o esteio.

3.1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Considera-se como Educação infantil no Brasil, o período de vida escolar no qual se atende, pedagogicamente, crianças com idade entre 0 e 6 anos.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional denomina de Creche o nível educacional que atende crianças de 0 a 3 anos; o equipamento educacional que atende crianças de 4 a 6 anos denomina-se Pré-escola.

Recentes medidas legais modificaram o atendimento das crianças da Pré-escola, pois alunos com seis anos de idade devem, obrigatoriamente, estar matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental.

No Sistema de Ensino de Mato Grosso, de acordo com a Lei 9.394/96 a Educação Infantil deve ser atendida prioritariamente pela Rede Municipal de Educação. Conforme a resolução 257/06 do Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso, a Educação Infantil será oferecida em:

- a) Creches, ou entidades equivalentes, para crianças até 03 anos de idade.
- b) Pré-escolas para crianças de 04 a 05 anos de idade.

As instituições de Educação Infantil (Creches e/ou Pré-escolas) integram as

funções de cuidar e educar as crianças, objetivando ao desenvolvimento integral, formando indivíduos críticos e criativos, pois, a educação nos primeiros anos de vida é essencial para o sucesso escolar e desenvolvimento da criança enquanto cidadão histórico.

A gestão democrática da escola, os materiais didático-pedagógicos e a formação do professor são fatores determinantes para a qualidade social da educação. É com esse objetivo que a Superintendência de Educação Básica ao formular políticas de educação, propõe e coordena ações curriculares.

3.1.2.1 PRÉ-ESCOLA

A oferta de educação pré-escolar, segundo a legislação vigente (LDB 9394/96) também é de responsabilidade do município; a rede municipal responde por 70,1% do atendimento. Esse índice se manteve nos últimos dois anos (2005 e 2006), enquanto a rede privada respondeu por 26,1% das matrículas em 2005 e decresceu para 25,77% em 2006.

A queda verificada na matrícula da pré-escola (-3,5%, que corresponde a 202.517 crianças) parece estar associada à implantação do ensino fundamental de 9 anos, que vem crescendo desde 2004. O aumento do número de matrículas na série inicial (ou 1º ano do Ensino Fundamental de 9 anos) entre 2005 e 2006 foi de 47,3%, que corresponde a 429.659 matrículas. É importante ressaltar que nessa série houve aumento de 200.252 crianças com até 6 anos de idade, e na pré-escola houve um decréscimo de 177.153 crianças na idade de 6 anos.

3.1.2.2 CRECHE

Segundo a legislação vigente, a oferta de creche é de competência dos municípios. Em 2006, as redes municipais responderam por 62,9% das matrículas e a rede privada por 35,8%, enquanto em 2005 esses percentuais eram de 60,9% e 37,8%, respectivamente. A matrícula total nas creches cresceu 1% (13.599 crianças), enquanto a matrícula nas redes municipais aumentou para 37.985 (4,4%).

Em relação ao atendimento da rede municipal, nota-se que em termos regionais houve uma queda (Região Norte); nas demais regiões houve ampliação do atendimento na rede municipal. Ainda em termos de rede municipal, os estados que apresentaram o maior crescimento das matrículas foram: Goiás (15,1%), Minas Gerais (9,8%), Amazonas (15,54%) e Espírito Santo (8,22%).

3.1.3 ENSINO FUNDAMENTAL

Ensino fundamental é a etapa inicial da [educação básica](#) no [Brasil](#), com duração de nove anos, envolvendo [crianças](#) e [adolescentes](#) com idade entre 6 e 14 anos. Foi reformulado pela [Lei de Diretrizes e Bases da Educação](#), em [1996](#), tomando o lugar do então chamado Ensino de Primeiro Grau, cuja duração era de 8 anos. Atualmente a duração obrigatória do Ensino Fundamental foi ampliada de oito para nove anos pelo Projeto de Lei nº 3.675/04, passando a abranger a [Classe de Alfabetização](#) (fase anterior à 1ª série, com matrícula obrigatória aos seis anos) que,

até então, não fazia parte do ciclo obrigatório (a alfabetização na rede pública e em parte da rede particular era realizada normalmente na 1ª série). Lei posterior (11.114/05) ainda deu prazo até 2010 para [estados](#) e [municípios](#) se adaptarem.

O ensino fundamental é subdividido em dois níveis, a saber: dos seis aos dez anos, classe de [alfabetização](#) e primeira à quinta série, ou primeiro ao quinto ano, caracterizado pela alfabetização e solidificação dos [conteúdos básicos](#); a segunda parte vai da sexta a nona série, ou do sexto ao nono ano, normalmente dos onze aos 14 anos do aluno, se ele sempre tiver sido aprovado nas séries anteriores, ou seja, não ter repetido algum ano; essa etapa é caracterizada pela diversificação e especificidade dos conteúdos.

Crianças e adolescentes são estimulados através de [atividades lúdicas](#), [jogos](#), leituras, imagens e sons, principalmente no primeiro nível. Através dos vários processos pedagógicos, busca-se conduzir a criança ao conhecimento do mundo pessoal, familiar e social.

No segundo nível, os pré-adolescentes costumam ter um [professor](#) por matéria, além de ter um maior horário de estudo, e também conteúdos mais abrangentes, que servirão de base para que o aluno inicie o seu [ensino médio](#).

No sistema de Ensino de Mato Grosso, conforme a resolução 257/06 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, o Ensino Fundamental, com duração mínima de 09 (nove) anos, fundamenta-se na concepção de aluno como ser histórico em contínuo processo de formação e desenvolvimento.

Nesta Perspectiva a Seduc propõe como política educacional a organização do Ensino Fundamental por Ciclos de Formação Humana, consoante ao Plano

Estadual de Educação, organizando o processo de ampliação dos ciclos em toda a rede, a partir de 2007, de modo que as escolas deverão se organizar para a preparação e absorção desta concepção e forma de organização, articulando as ações de sustentabilidade coletivamente, envolvendo Seduc/Cefapros/escolas.

Outras formas de Organização deverão assegurar uma proposta que colabore com a intenção coletiva de melhoria da qualidade do ensino e em observância ao que estabelece a Resolução 262/02, sujeita à aprovação pela Seduc.

Objetivos:

- a formação básica do cidadão, mediante a participação e envolvimento no processo de aprendizagem, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita, do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que fundamentam a sociedade;
- o desenvolvimento da aprendizagem contínua, tendo em vista a apreensão de conhecimentos, a formação de atitudes e valores;
- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em relação à igualdade de direitos na vida social.

3.1.4. ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio é a última etapa da educação básica e tem como meta completar a formação geral do estudante, preparando-o para a vida. Isso significa que o estudante deva ser capaz de defrontar-se com problemas de diferentes

naturezas, compreendê-los e resolvê-los, de elaborar críticas e propostas, de fazer e de adquirir uma atitude de permanente aprendizado: o “aprender a aprender”.

Tradicionalmente denominado 2º Grau, atualmente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/96 (LDB), tornou-se a etapa final da Educação Básica, passando a chamar-se Ensino Médio e tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. Esta etapa da Educação Básica possibilita o prosseguimento de estudos, além da preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, de modo a torná-lo capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

3.1.5 ENSINO SUPERIOR

Desde a divisão do Estado de Mato Grosso, o ensino superior demonstrou um grande avanço não só ao nível da Universidade Federal, mas principalmente, ao nível das instituições particulares.

As tabelas abaixo sistematizam um índice relativamente elevado de ampliação das faculdades por todo o Estado, tanto na capital quanto no interior, a qual se deu a partir do ano de 1990, demonstrando a busca pela aquisição de conhecimentos específicos e formação profissional da população adulta e, principalmente jovem do estado.

Denominação	Ano Fundação	Dependência Administrativa		Municípios	
		Publica	Privada	Sede	Outros
Instituto Cuiabano de Educação – ICE	1979		X	Cuiabá	
Centro de Ensino Superior de Rondonópolis – CESUR	1988		X	Rondonópolis	
Faculdades Integradas de Várzea Grande – FIVE	1991		X	Várzea Grande	
Faculdades Integradas de Diamantino – FID	1986		X	Diamantino	
Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino – UNED	2001		X	Diamantino	
Faculdades Unidas do Vale do Araguaia – UNIVAR	1986		X	Barra do Garças	
Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG	1989		X	Várzea Grande	
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço – EDUVALE	1989		X	Jaciara	
Faculdade de Informática de Cuiabá – FIC	1986		X	Cuiabá	
Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum – FAMUNM	1994	X		Nova Mutum	
Faculdades Integradas Cândido Rondon - UNIRONDON	1995		X	Cuiabá	
SEI – CESUCOL Sistema Educacional - Centro de Estudos Universitário de Colider	2000		X	Colider	
União das Faculdades de Tangará da Serra – UNITAS	1997		X	Tangará da Serra	
Faculdade Afirmativo de Cuiabá	1998		X	Cuiabá	
Faculdade Católica Rainha da Paz – FCRP	1999		X	Araputanga	
Faculdade de Ciências Sociais de Guarantã do Norte – FCSGN	1999		X	Guarantã do Norte	
Faculdades Integradas de Rondonópolis – UNIR	1996		X	Rondonópolis	
Faculdade de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação – FCJGE	2000		X	Sinop	
Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídicos – CIEJ	1999		X	Tangará da Serra	
União das Faculdades de Alta Floresta – UNIFLOR	1996		X	Alta Floresta	
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	1970	X		Cuiabá	Sinop, Sorriso, Água Boa, Primavera do Leste, Pontal do Araguaia, Rondonópolis, Nova Mutum, Paranatinga, Canarana, Vila Bela da SS Trindade, Lucas do Rio Verde, Alta Floresta, Juína, Colider, Diamantino, Juara.
Universidade de Cuiabá – UNIC	1989		X	Cuiabá	
UNEMAT - Lei Complementar nº 30 de 15/12/1993	1993	X		Cáceres	Sinop, Tangará da Serra, Pontes e Lacerda, Alto Araguaia, Alta Floresta, Barra do Bugres, Luciara, Nova Xavantina, Colider, Jauru, Rosário Oeste, Comodoro, Araputanga, Campo Novo do Parecis, Guarantã do Norte, Matupá, Juara.
Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá	1943	x		Santo Antônio do Leverger	

Tabela 01 - Instituições de Ensino Superior, ano de fundação, dependência administrativa, sede e município em que ministram cursos, por denominação, MT/2001.

Fonte: Pesquisa SEPLAN - MT, 2002

Denominação	Ano de Fundação	Dependência Administrativa		Municípios	
		Pública	Privada	Sede	Outros
Instituto Cuiabano de Educação – ICE	1979		X	Cuiabá	
Centro de Ensino Superior de Rondonópolis – CESUR	1988		X	Rondonópolis	
Faculdades Integradas de Várzea Grande – FIVE	1991		X	Várzea Grande	
Faculdades Integradas de Diamantino – FID	1989		X	Diamantino	
Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino – UNED	2001		X	Diamantino	
Faculdades Unidas do Vale do Araguaia – UNIVAR	1989		X	Barra do Garças	
Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG	1989		X	Várzea Grande	
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale de São Lourenço – EDUVALE	1989		X	Jaciara	
Faculdades Integradas de Cuiabá – FIC	1986		X	Cuiabá	
Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum – FAMUNM	1994	X		Nova Mutum	
Faculdades Integradas Desembargador Sávio Brandão – AMEC/FAUSB	1994		X	Várzea Grande	
Faculdades Integradas Cândido Rondon – UNIRONDON	1988		X	Cuiabá	
Faculdade de Colider – FACIDER	2001		X	Colider	
Faculdades Integradas de Tangará da Serra – UNITAS	1999		X	Tangará da Serra	
Faculdade Afirmativo de Cuiabá – FAFI	1998		X	Cuiabá	
Faculdade Católica Rainha da Paz – FCRP	1999		X	Araputanga	
Faculdade de Ciências Sociais de Guarantã do Norte – FCSSGN	1999		X	Guarantã do Norte	
Faculdades Integradas de Rondonópolis – FAIR	1998		X	Rondonópolis	
Faculdade de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação – FCJGE/UNIC	2000		X	Sinop	
Faculdade de Direito de Tangará da Serra – UNICEN	1999		X	Tangará da Serra	
União das Faculdades de Alta Floresta – UNIFLOR	1996		X	Alta Floresta	
Faculdade de Cuiabá – FAUC	2002		X	Cuiabá	
Universidade de Cuiabá – UNIC	1989		X	Cuiabá	
Universidade de Cuiabá – UNIC – Campus Barão	2001		X	Cuiabá	
Faculdade de Sinop – FASIP	2001		X	Sinop	
Faculdade de Educação de Tangará da Serra – ITEC	1998		X	Tangará da Serra	
Faculdade de Lucas do Rio Verde – UNIVERDE	2001		X	Lucas do Rio Verde	
Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura – ICEC	2002		X	Cuiabá	
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	1970	X		Cuiabá	Sinop, Sorriso, Água Boa, Primavera do Leste, Pontal do Araguaia, Rondonópolis, Nova Mutum, Paranatinga, Canarana, Vila Bela da SS. Trindade, Lucas do Rio Verde, Alta Floresta, Juína, Colider, Diamantino, Juara, São Félix do Araguaia, Terra Nova do Norte.

UNEMAT – Lei Complementar nº 30, de 15/12/1993	1993	X		Cáceres	Sinop, Tangará da Serra, Pontes e Lacerda, Alto Araguaia, Alta Floresta, Barra do Bugres, Luciara, Nova Xavantina, Colider, Jauru, Comodoro, Araputanga, Campo Novo do Parecis, Guarantã do Norte, Matupá, Juara.
UNEMAT – Campus Universitário de Alta Floresta	1993	X		Alta Floresta	
UNEMAT – Campus Universitário Alto Araguaia	1991	X		Alto Araguaia	
UNEMAT – Campus Universitário Dep. Est. René Barbour	1993	X		Barra do Bugres	
UNEMAT – Campus Universitário do Vale do Teles Pires	1993	X		Colider, Terra Nova do Norte, Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo e Matupá	
UNEMAT – Campus Universitário do Médio Araguaia	1990	X		Luciara	
UNEMAT – Campus Universitário de Nova Xavantina	1991	X		Nova Xavantina	
UNEMAT – Campus Universitário de Pontes e Lacerda	1992	X		Pontes e Lacerda, Araputanga, Comodoro e Jauru	
UNEMAT – Campus Universitário de Tangará da Serra	1995	X		Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis e Sapezal	
UNEMAT – Campus Universitário de Juara	2003	X		Juara	
UNEMAT – Campus Universitário de Sinop	1990	X		Sinop, Cláudia e Sorriso	
Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – CEFET–MT	1909	X		Cuiabá	
Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET – Cuiabá	1943	X		Santo Antônio de Leverger	São Vicente da Serra

Tabela 02 - Instituições de ensino superior, ano de fundação, dependência administrativa, sede e município em que ministram cursos, por denominação, MT/2004.
Fonte: SEPLAN-MT, 2004.

A tabela 01 apresenta para o ano de 2001 vinte e uma (21) instituições de ensino superior localizadas na capital, Cuiabá e em diversos municípios do interior do estado de Mato Grosso. Seus anos de fundação vão desde 1943, ano de implantação da Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá, sediada na Serra de São Vicente, até a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, implantada em 1970.

A tabela 02, com demonstrativos de 2004, mostra um expressivo crescimento

das instituições de ensino superior. Se em 2001 havia 21 instituições, em apenas dois anos este número dobrou. Os dados apresentados pela SEPLAN/MT – Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso apresentam em 2004 um quadro de quarenta e duas (42) instituições, localizadas tanto na capital quanto no interior. São dados importantes para se entender a demanda pela formação acadêmica da população do estado. Observa-se por estes dados que os imigrantes, grande contingente desta clientela, buscam nas condições oferecidas por Mato Grosso oportunidades de desenvolvimento profissional, econômico e de formação acadêmica. E as instituições públicas cresceram consideravelmente para atender esta demanda. Porém o aumento realmente decisivo de instituições que oferecem ensino superior aos mato-grossenses está na rede privada de ensino, tanto em número de instituições quanto em municípios atingidos. Não encontramos dados mais atualizados, porém o crescimento da oferta de educação superior na capital e no interior é tema que ocupa permanentemente os noticiários e as propagandas de todos os meios de comunicação do estado, anunciando a implantação de novos cursos e a criação de novas instituições de ensino superior. São cursos presenciais, semi-presenciais e a distância, oferecendo um amplo campo de possibilidades de formação aos jovens e adultos de Mato Grosso.

3.2 DADOS DO CENSO ESCOLAR 2006

Dados do Censo Escolar de 2006 contabilizam, aproximadamente, 55,9 milhões de matrículas e 203,9 mil estabelecimentos educacionais que oferecem as diferentes etapas e modalidades de ensino da educação básica: educação infantil

(creche e pré-escola), ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional.

O Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, é o mais relevante e abrangente levantamento estatístico sobre a educação básica no país. As informações produzidas permitem acompanhar o impacto das políticas educacionais já adotadas, além de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas.

Como dado informativo complementar deste estudo, cumpre ressaltar que em relação ao ano de 2005, a nível nacional, a matrícula da educação básica em 2006 decresceu 0,9%, o que corresponde, em números absolutos, a 529.740 alunos. Mas o comportamento das matrículas é desigual nas etapas, níveis e modalidades de ensino. Há um crescimento da oferta de vagas em creches (1%), e um crescimento de 5,3% na oferta de educação profissional, onde foram abertas 37.427 novas vagas. Há diferenças também de oferta de matrículas por etapa e nível de ensino entre as regiões. A oferta de ensino fundamental cai em 0,3% na Região Centro-Oeste (menos 8.002 vagas). Da mesma forma, o movimento observado no ensino médio em todo o país também revela diferenças regionais, apresentando crescimento; na região Centro-Oeste este crescimento foi de 2,1%.

De modo geral, as mudanças identificadas na oferta de educação básica podem ser associadas ao momento de reorganização por que passa o sistema de educação básica no Brasil. Um primeiro aspecto a ser destacado é a proposta de organização do ensino fundamental em 9 anos. Tal iniciativa vem provocando uma transferência da matrícula de crianças de 6 anos da educação pré-escolar para o ensino fundamental, o que gera uma queda natural de matrícula naquela etapa, e

uma necessidade de adequação da oferta do ensino fundamental às novas demandas.

O gráfico abaixo demonstra de forma precisa, o índice de crescimento da educação mato-grossense, totalizando 927.299 matriculados no ano de 2006 em Instituições Educacionais, tanto privadas quanto públicas.

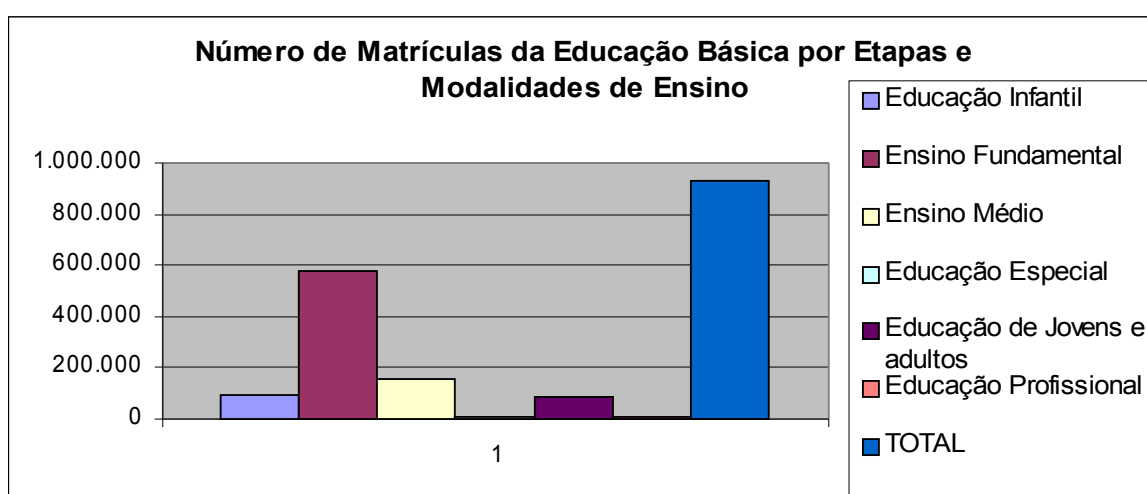


Figura 07 – Número de matrículas da Educação Básica por etapas e modalidades de ensino.
Fonte: SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso.

Diante da pesquisa anteriormente demonstrada, conclui-se que ao observar os dados da educação no Estado de Mato Grosso, desde o processo de sua divisão é perceptível o impacto do fluxo migratório sobre o conjunto de instituições escolares, devido à sua população ser jovem, fato este que apresenta uma maior pré-disposição à busca incansável pelo ensino.

3.3 EDUCAÇÃO: MATO GROSSO CONTEMPORÂNEO

Considera-se a educação um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de um estado. É através da produção de conhecimentos que um estado cresce, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas. Embora o Mato Grosso tenha avançado neste campo nas últimas décadas, ainda há muito para ser feito.

A evolução histórica da educação de Mato Grosso, nos dias de hoje, se revela muito bem desenvolvida se comparada com anos antecedentes. Nosso estado disponibiliza e mantém o processo educativo em todos os níveis, os quais vão se aperfeiçoando de acordo com as necessidades sociais.

No Mato Grosso anterior à divisão, as condições de aprendizagem eram extremamente precárias, situação esta desencadeada pelos mais variados motivos: a distância em que as escolas se localizavam, se demonstrando de difícil acesso para os alunos que residiam na área rural, a precariedade no número de professores disponíveis, a falta de recursos financeiros da família para manter a criança na escola, o que acarretava com que as crianças trabalhassem para ajudar no sustento, a migração de estudantes de outras regiões para o Mato Grosso. A reduzida oferta de educação no estado de Mato Grosso no período anterior à divisão e ainda por vários anos após a divisão, dificultou sobremaneira o acesso à educação das

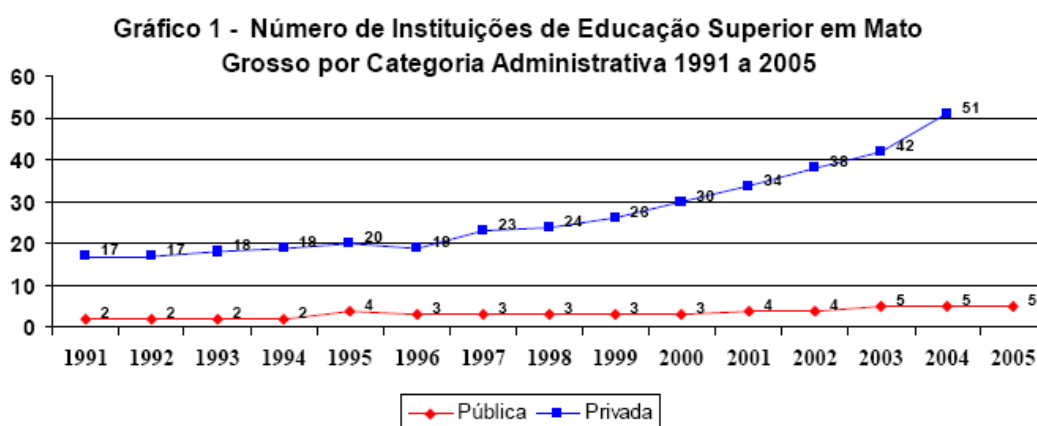
crianças e dos jovens mato-grossenses. Esta situação fez com que muitos jovens procurassem os grandes centros ou até outros estados da federação para complementarem seus estudos e conseguirem seu aperfeiçoamento educacional e profissional.

Esses motivos, dentre outros ensejaram para que o setor educacional sofresse um aperfeiçoamento, buscando melhorias possíveis para atender às necessidades almejadas. A situação da educação do Mato Grosso apresentou melhorias significativas. Houve queda substancial da taxa de analfabetismo e, ao mesmo tempo, aumento regular da escolaridade média e da frequência escolar (taxa de escolarização). As escolas, as universidades tornaram-se locais de grande importância para a ascensão social e muitas famílias têm investido muito neste setor.

Acerca do ensino superior, em Mato Grosso, as iniciativas de implementação de cursos de graduação foram consolidadas em meados da década de 1960, quando foram regulamentadas algumas instituições outrora existentes. A criação da UFMT, em Cuiabá, em dezembro de 1970, representou para a população local uma conquista tardia do direito de acesso ao ensino universitário (DORILEO, 1981).

Até 1988, a UFMT era a única instituição de Educação Superior do atual Estado de Mato Grosso. Desde então, surgiram novas Instituições de Ensino Superior – IES –, expressivamente no setor privado. Esse fenômeno foi observado em todo o Brasil, inclusive na região Centro-Oeste, conforme dados publicados pelo MEC/INEP/Deaes.

Em Mato Grosso, a expansão das IES privadas foi mais notória no período pós-LDB 9394/96 (Gráfico 1). Isso se explica pelo fato dessa legislação estabelecer, no seu Artigo 45, a possibilidade da Educação Superior ocorrer em IES, públicas e privadas, com variados graus de abrangência e especialização. Essa possibilidade foi assegurada pelo Decreto nº. 2.306/97, que definiu as formas de organização acadêmica (Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores ou Escolas Superiores e Centros de Educação Tecnológica).



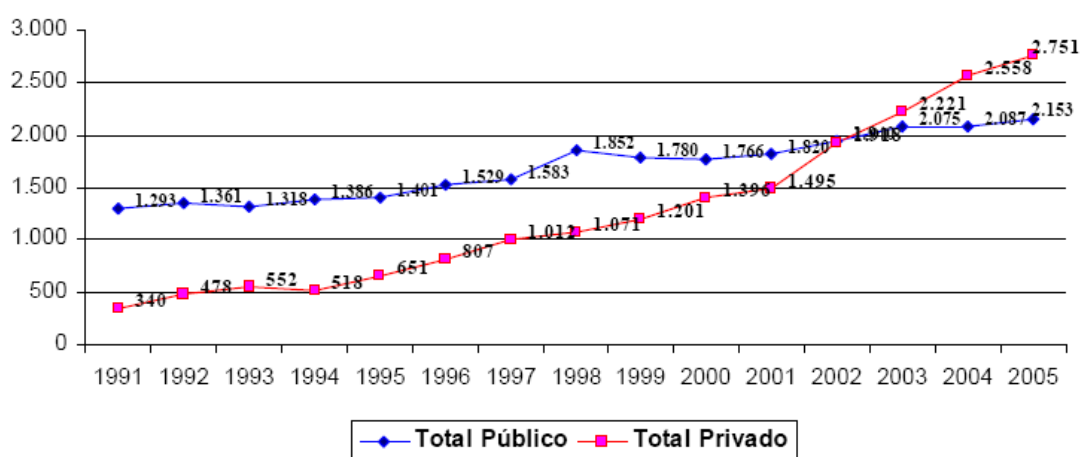
Fonte: MEC/INEP/Deaes

Em 2005, havia em Mato Grosso 56 IES, sendo 8,93% públicas e 91,07 % privadas. O setor público estava representado por 5 instituições: 2 Universidades, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica e 1 Faculdade Municipal. O setor privado estava constituído por 51 instituições: 1 Universidade particular, 2 Centros Universitários, 7 Faculdades Integradas, 41 Faculdades e Institutos (34 particulares e 7 comunitárias/filantrópicas/confessionais). As 56 IES ofertavam 426 cursos de graduação, sendo 38,26 % no setor público e 61,73 % no setor privado. Do total de

alunos matriculados em cursos de graduação, 44.345 (64,7%) integrava o setor privado e 24.218 (35,3%) o setor público. (Fonte: MEC/INEP/Deaes).

A representação gráfica da relação entre o número de IES públicas e privadas de Mato Grosso (Gráfico 1) difere da relação entre o número de docentes que nelas atuam (Gráfico 2). Em 1991, o setor público tinha apenas 2 instituições, mas absorvia 79,2% dos docentes, enquanto que o setor privado era constituído por 15 instituições que incorporavam juntas 20,8% de docentes. Em 2003, houve uma inversão nesse quadro, em virtude do contínuo aumento no número de IES do setor privado.

Gráfico 2 - Funções Docentes em exercício e afastados segundo Categoria Administrativa em Mato Grosso - 1991 - 2005



Fonte: MEC/INEP/Deaes

Em relação à titulação em cursos de pós-graduação *stricto sensu* – apontados no Artigo 66 da LDB 9394/96 como *locus* prioritário para a formação de docentes da Educação Superior – os dados (Gráfico 1) indicam que, nesse nível do ensino, havia no estado de Mato Grosso, em 1991, 1.589 docentes. Desse total, 329

tinha título de mestre e 44 o título de doutor. Em 1996, dos 2.051 docentes, 340 eram mestres e 90 doutores, o que indica mobilidade de um nível para outro. Em 2005, o Estado contabilizou 4.904 docentes da Educação Superior, sendo 1.439 mestres e 502 doutores, a maior parte destes, 77,6%, integrava o setor público, com destaque para o federal (63,3%). (www.anped.org.br)

Em Mato Grosso apenas as universidades públicas estão credenciadas para desenvolver cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Atualmente (2007), a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – oferece 17 cursos, sendo 16 de mestrado e 1 de doutorado; a UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso oferece somente 1 curso de mestrado. A data de cadastro de tais cursos na CAPES revela que, no Estado, a pós-graduação *stricto sensu* é uma atividade muito recente.

Observa-se, portanto, que o Estado de Mato Grosso apresenta atualmente um quadro de crescimento vertiginoso se comparado ao início do período de divisão do estado. Este crescimento que se pode considerar vertiginoso refere-se à economia, expansão demográfica, agrícola, cultural, educacional e em todos os seus aspectos. A imigração representou e ainda representa papel importante neste crescimento. A educação desempenhou papel de destaque no perfil do mato-grossense atual, pois em todos os setores, imigrantes que buscaram formação e aperfeiçoamento, ocupam seu espaço e contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento do estado. “Imigrantes, antes aventureiros, desbravadores, agora são profissionais qualificados, especializados, atraídos pelas vagas disponibilizadas pelos investimentos agroindustriais.” (*Ótima s/a – da Redação*, p. 6)

CONCLUSÃO

A presença da juventude em todos os setores da sociedade é componente visto com naturalidade por todos. Os jovens marcaram época no mundo inteiro e nas mais diferentes situações: movimentos sociais, culturais, na música, no teatro, na moda, na religião, na literatura, enfim, sempre e nas mais variadas situações. É característica dos jovens a capacidade de mudar, de adaptar-se às mais diversas situações e contextos.

Como migrante no estado de Mato Grosso, a juventude escreveu e escreve a sua história. Participantes jovens, líderes em movimento traçam um novo perfil para o espaço que ocupam, exercendo importante papel no desenvolvimento do mundo, da sociedade e no nosso caso específico, no estado.

A pesquisa que ora concluímos apresenta o jovem migrante no estado de Mato Grosso, mostrando-o como co-construtor de um estado que se desenvolveu e que, principalmente, passou a oferecer aos mato-grossenses nativos e imigrantes, oportunidades melhores de educação e de aperfeiçoamento profissional, cultural, social como resultado da migração.

A pesquisa realizada mostra também as mudanças que ocorreram ao longo dos anos no que se refere ao quadro de migração; mostra não apenas a redução do ímpeto migratório para o estado, como também as relações entre este comportamento e as mudanças nas formas de inserção dos migrantes, que espelham o processo de urbanização da fronteira e a grande desarticulação das

formas de ocupação que possibilitaram o desbravamento de boa parte de seu território.

Mesmo existindo poucas possibilidades concretas para a manutenção de Mato Grosso como uma área de atração migratória, ainda há muitas regiões do estado que se configuram como boas alternativas para a absorção do grande contingente de pessoas que exercem atividades ligadas à terra. Hoje em dia, regiões do noroeste do Estado, por exemplo, são aquelas que mais crescem em termos demográficos e boa parte deste crescimento se deve a novos núcleos rurais que surgem. Entretanto, pode-se perceber que proporção significativa do crescimento demográfico estadual acontece nos centros urbanos, em especial nos maiores, como Cuiabá, Rondonópolis e Sinop.

A alternativa dos assentamentos rurais tem sido uma possibilidade concreta de reverter parte desse processo de urbanização forçada de grandes parcelas de migrantes, e até mesmo de nativos e residentes mais antigos do Estado. Na verdade, pode-se afirmar que o processo de ocupação demográfica de Mato Grosso, particularmente no que diz respeito ao papel das pequenas propriedades baseadas na agricultura familiar, provavelmente teria sido ainda mais desarticulado caso não existissem os programas de assentamentos rurais.

Estes projetos podem ser encontrados em praticamente todos os municípios de Mato Grosso. No entanto, é fundamental que a forma de implantação e o gerenciamento destes projetos sejam repensados de maneira a torná-los uma saída real para aqueles que pretendem viver *no e do rural*.

As atividades econômicas hegemônicas (pecuária e soja) deixam suas

marcas em praticamente todas as áreas existentes, via de regra, implicando considerável desruralização e inchamento urbano, que, na maior parte do território mato-grossense, não possui condições de reter o excedente populacional. Este contínuo movimento da fronteira é percebido pela avaliação das tendências demográficas das várias micro-regiões do Estado.

No entanto, considerando a trajetória econômica e demográfica mais recente do Mato Grosso, fica claro que esta atividade, combinada com a grande hegemonia, em termos espaciais, da pecuária, deixa poucas alternativas viáveis para a continuidade do intenso processo de ocupação, como fora observado nas décadas passadas. Além disso, não se pode perder de vista que parte deste processo deveu-se à atividade garimpeira, que, embora não esgotada totalmente no estado, hoje se desenvolve preponderantemente a partir de grandes empresas mineradoras, não mais movimentando considerável volume de migrantes.

Resta, portanto, pensar na força dos maiores centros urbanos, como Cuiabá, Rondonópolis e talvez Sinop, que, no entanto, não parecem possuir uma estrutura produtiva tão diversificada para fornecer alternativas suficientes para a atração de migrantes interestaduais. Até porque estes últimos, certamente, são precedidos pelos migrantes intra-estaduais "deslocados" em volumes cada vez maiores das áreas rurais, até então ocupadas no âmbito da expansão da fronteira.

Diante desta situação, considera-se que o estado de Mato Grosso caminha progressivamente para o esgotamento de sua condição de fronteira agrícola, deixando de ser uma alternativa para os migrantes. Talvez projetos concretos, como a pavimentação do trecho da Belém-Brasília no Pará – que facilitaria o escoamento da produção –, ou ainda aqueles mais distantes da realidade atual, como o

desmembramento de Mato Grosso, pudessem no futuro dar novos rumos à dinâmica demográfica do estado. Entretanto, nesse momento é difícil imaginar sequer a manutenção do poder atrativo dos anos 80 e, conseqüentemente, um desempenho migratório muito além daquele possibilitado por alguns centros urbanos.

As análises realizadas permitem, portanto, vislumbrar algumas alternativas para o processo de ocupação demográfica de Mato Grosso. Deve-se reconhecer que este processo encontra-se em franca modificação e, certamente, será influenciado por opções dos governos estadual e federal com relação a questões bastante complexas e, por vezes contraditórias, para um país capitalista dependente como é o Brasil: conciliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento humano e ainda a conservação ambiental.

Em suma, o Estado atualmente possui uma população jovem constituída de filhos e filhas desse processo migratório os quais explicam a expansão e a dinâmica da oferta de educação escolar em todos os níveis.

Se é na oportunidade para crescer que estes viajantes apostam quando trocam seus locais de origem para arriscar em terras mato-grossenses, os dados mostram que as expectativas não frustram. A última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios 2006 (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que Mato Grosso é o quarto estado com maior número de pessoas não naturais da região, o equivalente a 42% da população, ou seja, 1,4 milhão de habitantes. Apenas 58% de seus moradores são nascidos em Mato Grosso.

Entre a rusticidade da viola e a energia da gaita, as diferenças culturais trazidas de todos os cantos do Brasil revelam que são marcas deixadas por imigrantes que vêm para o estado em busca de oportunidades. Aqui as encontram e daqui não saem.

[...]

São paranaenses, paulistas, mineiros e outros brasileiros, que, em ondas migratórias, encontraram em Mato Grosso o lugar ideal para viver.

[...]
... restará, portanto, aos governantes locais o desafio de manter o desenvolvimento social no mesmo patamar da evolução econômica.
(ROMA, 2007, p. 15-16; 21)

Após a divisão do então imenso estado de Mato Grosso, outro Mato Grosso (o do Norte), passou a se delinear. Um estado com a cara de Brasil, uma terra de inúmeras diversidades. Um estado que buscou oferecer aos que a ele migravam, oportunidades de crescimento, de formação educacional e profissional e a realização de sonhos. Crescimento para os adultos que aqui chegavam e crescimento aos filhos que com eles vinham ou que aqui nasciam. Uma terra promissora, onde não “corre leite e mel”, mas uma terra onde “em se plantando, tudo dá”. Uma terra onde a força do seu povo nativo e dos seus imigrantes, fez surgir um novo estado. Um estado com projeção nacional e internacional. Um estado - terra de muitas gentes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (organizadores). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2005, 447p.
- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho Científico*. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1983, p. 112-121
- CASTRO, E. G. de. O paradoxo 'ficar' e 'sair': caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo : INCRA/SP, 2005. p. 321-49.
- CASTRO, Sueli Pereira. BARROZO, João Carlos. COVEZZI, Marinete. PRETI, Oreste. *A colonização oficial em Mato Grosso: "a nata e a borra da sociedade"*. 2. ed. Cuiabá : EdUFMT, 2002.
- COELHO, Alonso Nunes. *Juventude. que bixo é esse?, 2000/2003*, Curso de Formação de Gestores. OBJ. Apud, *Jovens Acontecendo nas trilhas das Políticas Públicas – Volume 1*, CNPD – 1998.
- COSTA. Antônio Fernando Gomes da. *Guia para elaboração de monografias – relatórios de pesquisa: trabalhos acadêmicos, trabalhos de iniciação científica, dissertações e teses e editoração de livros*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Interciência, 2003, 183p.
- CUNHA, J. M. P.; SILVEIRA, F. A. *Região Centro-Oeste: o esgotamento de um processo de ocupação?* Campinas-SP : Pronex, Nepo/Unicamp, 1999. (Mimeografado).
- CUNHA, J.M.P., *Migrações no Centro Oeste brasileiro: as tendências e características do período de 1986 a 1996*. Encontro de Demografia na Região Centro Oeste, Codeplan/FNUAP, 2000.
- DAMASCENO, M.N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo : Educação e Pesquisa, vol 30, nº 1, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>.
- DORILEO, Benedito Pedro. *Ensino Superior em Mato Grosso – até a implantação da UFMT*. Campinas, SP : Komedi, 2005.

_____. *Raízes da Universidade Federal de Mato Grosso*. Universidade, Cuiabá, v.1, n.1, p. 5-14, 1981.)

FERREIRA, E. de C.; FERNÁNDEZ, A. J. C.; SILVA, E. P. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, [s.d.].

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise no trabalho: perspectivas de final de século*. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 2000. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das Normas da ABNT*. 13. ed. Porto Alegre : s.n. 2005, 185p.

GOMES, M. A. V. *Zoneamento sócio-econômico ecológico: diagnóstico sócio-econômico ecológico do estado de Mato Grosso e assistência técnica na formulação da 2ª aproximação*. Cuiabá: Governo do Estado do Mato Grosso/Seplan/Bird, 2000 (situação fundiária – parte 2: sistematização das informações temáticas – nível compilatório).

KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris, Armand Colin, 1990.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas-SP : Papyrus, 1986.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis – RJ : Vozes, 2004.

MONTEIRO, Filomena Maria de Arruda; MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues (organizadoras). *Educação na interface da relação Estado/sociedade*. Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – ANPEd, Coletânea, Vol I. EdUFMT, 2006, 216p.

_____. *Educação como espaço da cultura*. Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – ANPEd, Coletânea, Vol II. EdUFMT, 2006, 327p.

_____. *Profissionais da educação: políticas, formação e pesquisa*. Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – ANPEd, Coletânea, Vol III. EdUFMT, 2006, 205p.

MORGADO, Maria Aparecida; MOTTA, Manoel Francisco de Vasconcelos (organizadores). *Juventude de classe média e educação: cenários, cenas e sinais*. Brasília : Líber Livro Editora, 2006, 206p.

MOTTA, Manoel Francisco de V. (org.) *Busca e Movimento: estudos sobre educação e ensino*. Rondonópolis: Núcleo de Pesquisa em Educação, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Campus Universitário de Rondonópolis, UFMT, 1996.

NOGUEIRA, Maria Alice. NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu e a educação*. Belo Horizonte : Autêntica, 2004.

NOVAES, Regina Reyes. *Juventude: conflito e solidariedade*. Rio de Janeiro : ISER. Comunicações no Iser 50, 1998.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (organizadores). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo. 2004, 303p.

OLIVEIRA, A. U. de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. Tese de livre-docência. São Paulo, USP, 1997.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Agroindústria e reprodução do espaço*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande – MS : Ed. UFMS, 2003, 260p.

_____. *Uma fronteira para o pôr-do-sol : um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira*. Campo Grande – MS : Ed. UFMS, 1998, 148p.

Ótima s/a. Cuiabá-MT, nº 18, ano 2, Da Redação, p.6, out. 2007.

PINTO, Diana Couto; LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília A. Lima (coordenadores). *Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública*: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro. São Paulo : Loyola, 2000, 150p.

POLOTO, Cleonice. 2006. 120 f, Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá – MT, 2006.

PRETI, Oreste. ALONSO, Kátia Morosov. *Educação em Mato Grosso – Desvelando estatísticas*. Cuiabá : EdUFMT, 1997.

REGUILLO, Rossana. *Ciudadías Juveniles em América Latina*. Revista Última Década. año 11, nº 19. CIDPA: Viña Del Mar, Chile, 2003,11-30.

remtea@ufmt.br

RIBEIRO, Renato Janine. *Juventude e sociedade – Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROMA, Keity. Fluxo migratório marcha para o norte. *Ótima s/a*. Cuiabá-MT, nº 18, ano 2, p.14-21, out. 2007.

SÁ, Nicanor Palhares; XAVIER, Ana Paula da Silva. História da escrita na cultura escolar de Mato Grosso no século XIX. In: MONTEIRO, Filomena Maria de Arruda; MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues (organizadoras). *Educação como espaço da cultura*. Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – ANPEd, Coletânea, Vol II. EdUFMT, 2006, p.75-94.

SANTOS, A.F.T. Trabalho e educação no ‘novo Ensino médio’: instrumentalização

da estética a sensibilidade da política, da igualdade e da ética da identidade na lógica do capital. *26ª Reunião Anual, ANPEd*, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br>.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro – São Paulo : Record, 2006. 473p.

SCHAEFER, José Renato. *As migrações rurais e implicações pastorais*. São Paulo : Edições Loyola, 1985.

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil – A socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2001.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação. *Zoneamento econômico e ambiental do Estado do Mato Grosso*. Mato Grosso : Seplan, 1999. CD-ROM (Socioeconômico e Jurídico Institucional).

SERRA NEGRA, Carlos Alberto e SERRA NEGRA, Elisabete Marinho. *Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado*. São Paulo : Atlas, 2003, 224p.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)*. Cuiabá : edUFMT, 1999, 419 p.

SIQUEIRA, Luiza Helena Schwantz de. *As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar*. Porto Alegre : 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop – História, imagens e relatos: Um estudo sobre sua colonização*. Cuiabá : Editora UFMT, 2004.

SOUZA, Itamar de. *Migrações Internas no Brasil*. Petrópolis-RJ : Vozes, 1980.

TANUS, Maria Ignez Joffre. *Mundividências: história de vida de migrantes professores*. [ilustração Alexandre Dias]. São Paulo : UNIC: Zouk, 2002. 273p.

TESORO, Luci Lea Lopes Martins. *Rondonópolis – MT: um entroncamento de mão única – lembranças e experiências dos pioneiros*. São Paulo : s. n., 1993, 315p.

TORRES, Ártemis. *Mato Grosso em movimentos – ensaios de educação popular*. Cuiabá : EdUFMT, 1994.

VAITSMAN, Maurício. *Brasília e a Amazônia* (reportagem). Rio de Janeiro, 1959.

VASCONCELOS, J.G. Educação, verdade e descentralização da categoria trabalho. *26ª Reunião Anual, ANPEd*, 2000. Disponível em: <http://www.anped.or.br>.

VELHO, Otávio Guilherme Cardoso Alves. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro : Zahar, 1972.

VENTURI, Gustavo. *Retratos da juventude brasileira – Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, UFPR (2): 29-37, 2000.

WEISHEIMER, Nilson. *Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS*. Porto Alegre : 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2004.

www.anped.org.br

www.anped.org.br.

www.aprendiz.uol.com.br/content/propefrero.mmp

www.cneamt.org.br

www.educacaosuperior.inep.gov.br

www.engenheiro2001.org.br/programas/chermann.

www.guiapereira.com.br

www.ibge.gov.br

www.inep.gov.br

www.ondehospedar.com.br

www.publicacoes.inep.gov.br

www.scielo.br.

www.seduc.mt.gov.br

www.seplan.mt.gov.br

www.ufmt.br/ndihr

SOBRE A AUTORA

STELA MARIS MATTANA nasceu em 07 de setembro de 1962, no município de Vitorino no estado do Paraná, filha de Mauricio e Amalia Mattana. Iniciou seus estudos ainda em Vitorino - PR. Em 1970 passou a residir em Realeza também município paranaense, onde concluiu seus estudos até o segundo grau. É graduada em Estudos Sociais com Habilitação em História, pela Universidade do Oeste Paulista UNOESTE em Presidente Prudente - SP. Especializou-se em Ciências Sociais com ênfase em História, Geografia e Meio Ambiente pela UNIANDRADE - Centro Universitário Campos de Andrade de Curitiba/PR. No período de 1979 a 2002 foi sócia proprietária de uma livraria e papelaria. Objetivando o constante aperfeiçoamento educacional e profissional no ano de 2003 mudou-se do estado do Paraná, para o estado de Mato Grosso, passando a residir na cidade de Cuiabá, onde foi convidada a trabalhar na maior Instituição de Educação Comunitária do País a rede CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, assumindo o cargo de assessora pedagógica desta conceituada Instituição, função que ocupa até hoje. Compreendendo a importância de estar pesquisando as origens de uma determinada área, na qual existem homens construindo sua própria história e deixando uma vasta contribuição aos pesquisadores, em 2005 foi aceita como aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de Concentração em Educação, Cultura e Sociedade - Linha de Pesquisa - Movimentos Sociais Política e Educação Popular na UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso. Em 2005 e 2006 apresentou trabalhos em congressos e seminários em parceria com o Professor Doutor Manoel Francisco de Vasconcelos Motta voltados para a temática de Movimentos Sociais.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)